



**PETRO RIO S.A.**  
CNPJ/MF nº 10.629.105/0001-68  
NIRE 33.3.0029084-2  
*Companhia Aberta*

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481 de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”), a administração da Petro Rio S.A. (“Companhia” ou “PetroRio”) vem apresentar a Proposta da Administração para os itens a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **27 de abril de 2018, às 16:00 horas**, no edifício da sede da Companhia, na Praia de Botafogo, 370, Botafogo, CEP 22250-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

**ÍNDICE**

<b>Edital de Convocação</b> <i>(Agenda da Assembleia)</i>	<b>02</b>
<b>Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia</b> <i>(Item 10 do Formulário de Referência – ICVM 480)</i>	<b>04</b>
<b>Proposta de Destinação dos Resultados</b> <i>(Anexo 9-1-II - ICVM 481)</i>	<b>27</b>
<b>Informações Sobre os Candidatos Indicados pela Administração da Companhia para o Conselho de Administração</b> <i>(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – ICVM 480)</i>	<b>32</b>
<b>Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores</b> <i>(Artigo 12 da ICVM 481 e Item 13 do Formulário de Referência – ICVM 480)</i>	<b>36</b>

**PETRO RIO S.A.**  
CNPJ/MF nº 10.629.105/0001-68  
NIRE 33.3.0029084-2  
Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Petro Rio S.A. (“Companhia”) convidados a comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** da Companhia, a ser realizada **no dia 27 de abril de 2018, às 17:00 horas**, no edifício da sede da Companhia, na Praia de Botafogo, 370, Botafogo, CEP 22250-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- b) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- d) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia;

Informações aos acionistas:

1. As informações e documentos previstos na Instrução da CVM nº481/09, em especial a **Proposta da Administração**, referentes às matérias a serem deliberadas, estão disponíveis aos acionistas na sede social, nos endereços eletrônicos da Companhia ([www.petroriosa.com.br](http://www.petroriosa.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes últimos através do sistema EmpresasNet. Os mesmos documentos em idioma inglês estarão disponíveis no *website* da Companhia ([www.petroriosa.com.br](http://www.petroriosa.com.br)) e serão oportunamente inseridos no website canadense SEDAR – *System for Electronic Document Analysis and Retrieval* ([www.sedar.com](http://www.sedar.com)).

2. De acordo com o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para ser admitido na Assembleia Geral, o acionista (ou seu representante legal) deverá apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do dia da realização da respectiva Assembleia Geral, os seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei 6.404/76 (“LSA”), e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (b.1) para as pessoas físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); ou (b.2) para as pessoas jurídicas: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente notariado e consularizado quando aplicável, e da documentação societária outorgando poderes de representação, procuração ou outro, bem como cópias devidamente notarizadas e consularizadas ou originais dos documentos de identificação com foto de seus representantes legais, ou (b.3) cópia, notarizada e consularizada quando aplicável, do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, da documentação societária outorgando poderes de representação, procuração ou outro, bem como cópias devidamente notarizadas e consularizadas e original dos documentos de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento.

3. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do dia da realização da referida Assembleia Geral, conforme determina o artigo 12, *caput* e §6º, do Estatuto Social e o artigo 126, § 1º, da LSA, o respectivo instrumento de mandato outorgado com antecedência

máxima de 1 (um) ano em relação à data da Assembleia Geral, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhecidas. As procurações outorgadas no exterior deverão ter as assinaturas notariadas e estar acompanhadas da respectiva consularização e da tradução juramentada para o idioma português.

4. Caso opte pelo voto a distância, deverá transmitir, até o dia 20/03/2018 (inclusive), instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: 1) ao escriturador das ações da PetroRio ou 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço; ou ainda 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela PetroRio.

5. Não obstante o acima, os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral munidos dos documentos listados neste Edital, até o momento da abertura dos trabalhos na Assembleia Geral, poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

6. Além das publicações da Companhia exigidas pela legislação brasileira e pelas normas da CVM a Companhia enviará por email, este Edital de Convocação, acompanhado das propostas relativas às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, aos acionistas que solicitarem especificamente esses materiais. Os acionistas que desejarem exercer tal faculdade deverão enviar um email para o endereço eletrônico do Departamento de Relações com Investidores da Companhia ([ri@petroriosa.com.br](mailto:ri@petroriosa.com.br)).

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

**Hélio Costa**

*Presidente do Conselho de Administração*

## Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

(Item 10 do Formulário de Referência – ICVM 480)

### 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### 10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria da Companhia entende que sua estrutura de capital é conservadora, considerando balanço sólido, endividamento não relevante e confortável posição de caixa disponível de R\$ 604 milhões no final de dezembro de 2017. Em virtude do cenário do mercado de óleo e gás e dos seus planos de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a passar por mudanças em sua estrutura de capital.

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez geral e endividamento da Companhia para os últimos três anos:

Ano	ÍNDICE DE ESTRUTURA PATRIMONIAL		ÍNDICES DE SOLVÊNCIA	
	Capital de Terceiros / Capital Próprio <sup>1</sup>	Endividamento Geral <sup>2</sup>	Liquidez Geral <sup>3</sup>	Liquidez Corrente <sup>4</sup>
2017	0,44	0,30	2,19	3,92
2016	0,30	0,23	3,15	9,82
2015	0,29	0,22	3,14	9,67

<sup>1</sup> (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

<sup>2</sup> (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total

<sup>3</sup> (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

<sup>4</sup> Ativo Circulante / Passivo Circulante

Portanto, através dos valores calculados para os índices apresentados acima, a Administração considera que a Companhia se encontra com liquidez satisfatória e saúde financeira suficiente para atender as obrigações com terceiros e capital de giro.

O capital circulante líquido, apurado em 31 de dezembro de 2017 através da diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, totalizava R\$ 633 mil, representando condições adequadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Nos anos de 2016 e 2015, o capital circulante líquido foi de R\$ 702 mil e R\$ 814,4 mil, respectivamente, sempre representando condições adequadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

##### b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia está apresentada abaixo:

R\$ mil	2017		2016		2015	
Patrimônio Líquido	883.130	69,5%	834.151	77,1%	914.106	77,7%
Capital de Terceiros	387.115	30,5%	248.216	22,9%	262.932	22,3%
Passivo Circulante	216.853		79.619		85.423	
Passivo Não Circulante	170.262		168.596		177.509	
Passivo + PL	1.270.246	100%	1.082.367	100%	1.177.038	100%

Em 2017 a Companhia utilizou o limite de crédito das contas do Credit Suisse e Morgan Stanley, o saldo das contas em 31 de dezembro de 2017, soma R\$ 64.321, e contratou um empréstimo, no valor de R\$10.000, realizado pelo Banco ABC para financiamento de Capital de Giro das operações de Manati. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía empréstimos e financiamento junto a terceiros.

Em outubro de 2014, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada e sem garantia, de colocação privada. Foram emitidas 4.359.624 debêntures, totalizando o R\$ 87,2 milhões.

O prazo de conversão das debêntures em ações, a exclusivo critério dos debenturistas, teve início em outubro de 2015 e irá até a data de seu vencimento em 2019 (exclusive). Em 31 de dezembro de 2017, em função de conversões já realizadas, o saldo somava R\$ 31,4 milhões, todo alocado no longo prazo.

Até 31 de dezembro de 2017 foram convertidas, por opção dos debenturistas, 2.790.065 debêntures (R\$ 55.801 revertidos para o Capital Social), representando cerca de 64% do total de debêntures emitidas.

Em 4 de janeiro de 2011, a Manati procedeu a uma emissão de debêntures no valor de R\$160.000, em conformidade com a Instrução CVM 476, que estabelece que ofertas públicas distribuídas com esforços restritos estão automaticamente dispensadas do registro de distribuição, o que é o caso da Manati. Adicionalmente, estas debêntures não são negociadas em mercado regulamentado. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo somava R\$ 21,3 milhões, alocado no curto prazo. Cumprindo o cronograma de pagamentos, em janeiro de 2018 foi liquidada a última parcela devida.

#### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes a compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, como esperado, tem mantido a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

Considerando a posição de liquidez, a Companhia acredita ter recursos financeiros suficientes para cobrir os investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação se manterá.

#### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

Os limites de crédito das contas do Credit Suisse e Morgan Stanley foram utilizados na aquisição de novos ativos, bem como para o financiamento de custos de manutenção do Polvo e de capital de giro para as operações da Companhia. Adicionalmente, o empréstimo contratado junto ao Banco ABC destinou-se basicamente ao financiamento do capital de giro das operações de Manati.

Os recursos captados com a emissão de debêntures conversíveis em outubro de 2014 destinaram-se: (i) ao desenvolvimento de reservas de petróleo, por meio de investimentos no campo de produção existente e naqueles que venham a ser adquiridos; e (ii) à aquisição de novos ativos relacionados à produção de óleo e gás, inclusive na aquisição, pela Petro Rio O&G, da participação da Maersk Energia Ltda. no Campo de Polvo, na Bacia de Campos.

Os recursos oriundos da emissão de debêntures de Manati foram utilizados da seguinte forma:

Pagamento do mútuo à Brasoil Finco	125.518
Pagamento de dividendos à Brasoil OPCO	21.900
Custos de estruturação e distribuição da transação	5.600
Multa por antecipação do mútuo à Brasoil Finco	2.502
Constituição de conta reserva nas debêntures	2.274
Pagamento de imposto de renda retido na fonte	1.423
Financiamento de capital de giro	783
	<u>160.000</u>

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A Companhia possui sólida posição financeira em caixa, conforme suas Demonstrações Financeiras.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:**

Os custos do limite de crédito das contas do Credit Suisse e Morgan Stanley variam entre Libor +1% e Libor + 2% a.a. O prazo da linha de crédito é flexível e atrelado ao prazo em que mantivermos as aplicações financeiras que funcionam como lastro nestes bancos.

A companhia trabalha para quitar esse financiamento com a geração de caixa proveniente da operação dos seus ativos e com a iniciativa de tomar financiamento de longo prazo, de forma a aperfeiçoar sua estrutura de capital.

A dívida com o Banco ABC tem custos pré-fixados de 5,53% a.a. e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 somou R\$ 263. O prazo do empréstimo é de 1 ano e a Companhia trabalha para quitar esse financiamento com a geração de caixa proveniente da operação dos seus ativos.

**g) Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados:**

Todo o limite de crédito contratados foram utilizados.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

O resultado consolidado da Companhia inclui os resultados das suas controladas PetroRio O&G, Brasoil, PetroRioUSA e PetroRio Internacional.

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

DRE (em R\$ mil)	2015		2016		2017		2017 x 2016		2016 x 2015	
Receita líquida	253.071	100,00%	397.871	100,00%	533.922	100,00%	136.051	34,19%	144.800	57,22%
Custos dos produtos/serviços	(294.457)	-116,35%	(408.468)	-102,66%	(435.064)	-81,48%	(26.596)	6,51%	(114.011)	38,72%
Lucro bruto	(41.386)	-16,35%	(10.598)	-2,66%	98.858	18,52%	109.456	-1032,84%	30.788	-74,39%
<b>Receitas (despesas operacionais)</b>										
Despesas de geologia e geofísica	(1.450)	-0,57%	(797)	-0,20%	(716)	-0,13%	81	-10,17%	653	-45,06%
Despesas com pessoal	(27.872)	-11,01%	(27.762)	-6,98%	(37.901)	-7,10%	(10.139)	36,52%	110	-0,39%
Despesas gerais e administrativas	(12.165)	-4,81%	(11.407)	-2,87%	(13.186)	-2,47%	(1.779)	15,60%	758	-6,23%
Despesas com serviços de terceiros	(34.046)	-13,45%	(33.307)	-8,37%	(40.393)	-7,57%	(7.086)	21,28%	739	-2,17%
Impostos e taxas	(5.626)	-2,22%	(1.388)	-0,35%	(3.644)	-0,68%	(2.255)	162,42%	4.238	-75,32%
Despesa de depreciação e amortização	(3.195)	-1,26%	(368)	-0,09%	(2.276)	-0,43%	(1.909)	519,29%	2.827	-88,50%
Provisão de Impairment	(79.497)	-31,41%	(6.712)	-1,69%	-	0,00%	6.712	-100,00%	72.785	-91,56%
Baixa de poço seco	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%
Compra vantajosa dos Ativos do Polvo	271.654	107,34%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	(271.654)	-100,00%
Despesas financeiras	(311.873)	-123,24%	(319.950)	-80,42%	(165.307)	-30,96%	154.643	-48,33%	(8.077)	2,59%
Receitas financeiras	332.553	131,41%	313.817	78,87%	171.756	32,17%	(142.062)	-45,27%	(18.736)	-5,63%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17.798	7,03%	351.421	88,33%	41.467	7,77%	(309.955)	-88,20%	333.623	1874,50%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	104.895	41,45%	252.951	63,58%	48.658	9,11%	(204.293)	-80,76%	148.056	141,15%
Imposto de renda e contribuição social corrente	124	0,05%	(4.639)	-1,17%	(2.545)	-0,48%	2.094	-45,14%	(4.763)	-3841,09%
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.403	2,13%	(6.690)	-1,68%	4.738	0,89%	11.428	-170,82%	(12.093)	-223,82%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	110.421	43,63%	241.622	60,73%	50.851	9,52%	(190.771)	-78,95%	131.201	118,82%

### Análise Comparativa dos Resultados dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

#### RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida acumulada foi registrada pelas controladas PetroRio O&G, que obteve receitas pela operação do Campo de Polvo no valor de R\$ 383,1 milhões, PetroRio Internacional, com a revenda de óleo no valor de R\$ 61,7 milhões, e Brasoil, que obteve receitas pela operação do Campo de Manati no valor de R\$ 89,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. No ano de 2016 a receita líquida acumulada foi de R\$ 397,9 milhões. O aumento da receita (34%) se deu principalmente, em razão da aquisição da Brasoil a qual detém indiretamente participação 10% da participação do Campo de Manati.

#### CUSTOS TOTAIS

Os custos dos serviços foram de R\$ 435 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 408 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento de aproximadamente 7% em relação ao ano anterior ocorreu em função da participação da Manati e uma redução dos custos de Polvo, devido ao menor volume produzido na comparação anual. Os custos dos serviços apresentados são exclusivamente da produção de petróleo e gás natural.

#### LUCRO BRUTO

O lucro bruto apurado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 98,9 milhões contra um prejuízo de R\$ 10,6 milhões em 2016. A variação positiva de R\$ 109 milhões ocorreu face às razões acima expostas.

#### DESPESAS OPERACIONAIS

##### *Despesas de Geologia e Geofísica*

As despesas de geologia e geofísica foram de aproximadamente R\$ 800 mil em ambos os anos.

##### *Despesas com Pessoal*

As despesas com pessoal foram de R\$ 37,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 27,8 milhões em 2016. O aumento dessas despesas de R\$ 10 milhões decorreu da em função de gastos não recorrentes no segundo trimestre, como rescisões trabalhistas na Brasoil e do reconhecimento de provisões e gastos com pessoal da Companhia.

##### *Despesas Gerais e Administrativas*

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 11,4 milhões em 2016. Tal incremento de R\$ 2 milhões deve-se principalmente à aquisição da Brasoil.





#### *Despesas com Serviços de Terceiros*

As despesas com serviços de terceiros foram de R\$ 40 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 33 milhões em 2016. O aumento dessas despesas em R\$ 7 milhões ocorreu principalmente em função de gastos não recorrentes no segundo trimestre, como success fees de advogados.

#### *Despesas com Depreciação e Amortização*

As despesas com depreciação e amortização foram de R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 368 mil em 2016. O valor reduzido em 2016 decorre da baixa de parte dos ativos imobilizados.

#### *Resultado Financeiro Líquido*

As despesas financeiras foram de R\$ 165 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 320 milhões em 2016. Essa queda de R\$ 155 milhões decorreu basicamente da captação de empréstimo para a aquisição da Brasoil, variações cambiais, marcações a valor de mercado, realização de instrumentos financeiros derivativos e juros sobre as debêntures. As receitas financeiras foram de R\$ 172 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 314 milhões em 2016. Essa redução de R\$ 142 milhões deve-se principalmente à oscilação da variação cambial em comparação ao ano anterior.

#### **LUCRO ANTES DO IR E CSLL**

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 49 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 253 milhões em 2016.

#### **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 2,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 11,3 milhões em 2016.

#### **LUCRO DO EXERCÍCIO**

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 50,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 e 241,6 milhões em 31 de dezembro de 2016.

#### **Análise Comparativa dos Resultados dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.**

#### **RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS**

A receita operacional líquida acumulada foi registrada pelas controladas PetroRio O&G, que obteve receitas pela operação do Campo de Polvo no valor de R\$ 384,1 milhões, e PetroRio Internacional, com a revenda de óleo no valor de R\$ 13,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. No ano de 2015 a receita líquida acumulada foi de R\$ 253,07 milhões. O aumento da receita (57%) se deu principalmente, em razão do maior volume de vendas após a aquisição dos 40% da participação de Polvo da Maersk.

#### **CUSTOS TOTAIS**

Os custos dos serviços foram de R\$ 408,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 294,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento de 39% em relação ao ano anterior ocorreu em função da aquisição dos 40% da participação de Polvo da Maersk. A Companhia realizou um intenso trabalho de renegociação de contratos conduzido junto aos principais fornecedores, com adequação de escopo e redução de preços, porém a comparação com o ano anterior ficou prejudicada, pois os custos de 2015 foram rateados com a Maersk. Os custos dos serviços apresentados são exclusivamente da produção de petróleo.

#### **LUCRO BRUTO**

O Prejuízo Bruto foi de R\$ 10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 41,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação positiva de R\$ 31 milhões ocorreu face às razões acima expostas.

#### **DESPESAS OPERACIONAIS**

*Despesas de Geologia e Geofísica*



As despesas de geologia e geofísica foram de R\$ 800 mil em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 1,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Tal variação decorreu da redução da campanha exploratória, que evidenciou a desaceleração dos gastos com exploração (geologia e geofísica) no período.

#### *Despesas com Pessoal*

As despesas com pessoal foram de R\$ 27,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 27,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. A diminuição dessas despesas de R\$ 1 milhão decorreu da finalização do processo de *rightsizing* da Companhia que incluía a redução do quadro de pessoal.

#### *Despesas Gerais e Administrativas*

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 11,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 12,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, redução que reflete o trabalho de renegociação de contratos e redução de despesas.

#### *Despesas com Serviços de Terceiros*

As despesas com serviços de terceiros foram de R\$ 33 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 34 milhões em 31 de dezembro de 2015. A diminuição dessas despesas em R\$ 1 milhão está associada ao trabalho de renegociação de contratos e redução de despesas.

#### *Receita da compra vantajosa dos Ativos Polvo*

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia obteve ganhos de R\$ 271,7 milhões na aquisição de 40% do Campo de Polvo.

#### *Despesas com Depreciação e Amortização*

As despesas com depreciação e amortização foram de R\$ 368 mil em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta diminuição de R\$ 2,8 milhões decorre da baixa de parte dos ativos imobilizados.

#### *Resultado Financeiro Líquido*

As despesas financeiras foram de R\$ 319,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 311,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse acréscimo de R\$ 8,1 milhões decorreu basicamente de variações cambiais, marcações a valor de mercado e de juros sobre empréstimos. As receitas financeiras foram de R\$ 313,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 332,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução de R\$ 18,7 milhões decorreu principalmente da receita de variação cambial em menor volume no período de 2016 comparado ao ano anterior.

#### **LUCRO ANTES DO IR E CSLL**

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 253,0 em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 104,9 milhões em 31 de dezembro de 2015.

#### **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 11,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, enquanto que em 31 de dezembro de 2015 foi apurado um crédito de R\$ 5,5 milhões.

#### **LUCRO DO EXERCÍCIO**

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 241,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 110,4 milhões em 31 de dezembro de 2015.

#### **Análise Comparativa dos Resultados dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014**

#### **RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS**

A receita operacional líquida acumulada foi registrada pela controlada PetroRio O&G que obteve receitas pela operação do Campo de Polvo no valor de R\$ 253 milhões em 31 de dezembro de 2015. No ano de 2014 a receita líquida acumulada foi de R\$ 486,8 milhões. A diminuição da receita se deu principalmente, em razão da queda do preço do *brent* (35%) e da redução no volume de vendas.

## **CUSTOS TOTAIS**

Os custos dos serviços foram de R\$ 294,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 468,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução de 37% em relação ao ano anterior ocorreu em função de um intenso trabalho de renegociação de contratos conduzido junto aos principais fornecedores da Companhia, com adequação de escopo e redução de preços. Os custos dos serviços apresentados são exclusivamente da produção de petróleo.

## **LUCRO BRUTO**

O Prejuízo Bruto foi de R\$ 41,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Em 2014 foi apurado um lucro de R\$ 18,8 milhões. A variação negativa de R\$ 60 milhões ocorreu face às razões acima expostas.

## **DESPESAS OPERACIONAIS**

### *Despesas de Geologia e Geofísica*

As despesas de geologia e geofísica foram de R\$ 1,5 milhão em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 5,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. A diminuição dessas despesas em R\$ 3,5 milhões decorreu da redução da campanha exploratória, que evidenciou a desaceleração dos gastos com exploração (geologia e geofísica) no período.

### *Despesas com Pessoal*

As despesas com pessoal foram de R\$ 27,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. A diminuição dessas despesas de R\$ 10,7 milhões decorreu do processo de *rightsizing* da Companhia que incluía a redução do quadro de pessoal.

### *Despesas Gerais e Administrativas*

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 12,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 30,8 milhões em 31 de dezembro de 2014.

### *Despesas com Serviços de Terceiros*

As despesas com serviços de terceiros foram de R\$ 34 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 55,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. A diminuição dessas despesas em R\$ 21,3 milhões está associada aos encerramentos de contratos de serviços nas atividades exploratórias na Bacia do Solimões.

### *Despesas com baixa de poço seco (write-off) e Impairment*

Em 31 de dezembro de 2015 não houve provisão com baixa de poço seco. Em 31 de dezembro de 2014, as provisões com baixa de poços secos (*write-off*) e com *impairment* foram de R\$ 542 milhões decorrentes da baixa de gastos de poços perfurados e não considerados comerciais, em projetos do Solimões, e a correspondente avaliação de recuperabilidade (*impairment*) sobre os bônus de subscrição dos ativos da Namíbia.

### *Receita da compra vantajosa dos Ativos Polvo*

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia obteve ganhos de R\$ 271,7 milhões na aquisição de 40% do Campo de Polvo e de R\$ 96,7 milhões em 31 de dezembro de 2014.

### *Despesas com Depreciação e Amortização*

As despesas com depreciação e amortização foram de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 10,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta diminuição de R\$ 6,9 milhões decorre da baixa de alguns ativos imobilizados.

### *Resultado Financeiro Líquido*

As despesas financeiras foram de R\$ 311,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 65,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse acréscimo de R\$ 246 milhões decorreu basicamente de variações cambiais e de juros sobre empréstimos. As receitas financeiras foram de R\$ 332,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 81,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento de R\$ 251,1 milhões decorreu da variação cambial no período de 2015.

## LUCRO ANTES DO IR E CSLL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 104,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, frente a um prejuízo de R\$ 1.052 milhões em 31 de dezembro de 2014.

## IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito com imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 53,2 milhões em 2014. A variação decorre da base de cálculo para estes tributos ter sido negativa.

## LUCRO DO EXERCÍCIO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 110,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 um prejuízo de R\$ 1.003 milhões.

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2014		2015		2016		2017		2017 x 2016		2016 x 2015		2015 x 2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Variação	%	Variação	%	Variação	%
<b>Circulante</b>														
Caixa e equivalentes de caixa	350.634	33,08%	283.951	24,12%	24.793	2,29%	92.445	7,28%	67.652	272,86%	(259.158)	-91,27%	(66.683)	-19,02%
Títulos e Valores Mobiliários	98.312	9,28%	213.090	18,10%	546.507	50,49%	511.863	40,30%	(34.644)	-6,34%	333.417	156,47%	114.778	116,75%
Caixa restrito	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	17.965	1,41%	17.965	100,00%	-	0,00%	-	0,00%
Contas a receber	1.835	0,17%	244.499	20,77%	30.680	2,83%	62.046	4,88%	31.365	102,23%	(213.819)	-87,45%	242.664	13224,20%
Tributos a recuperar	30.843	2,91%	26.801	2,28%	69.331	6,41%	59.492	4,68%	(9.839)	-14,19%	42.530	158,69%	(4.042)	-13,11%
Ativo mantido para venda	258.158	24,36%	73.644	6,26%	50.255	4,64%	28.316	2,23%	(21.939)	-43,65%	(23.389)	-31,76%	(184.514)	-71,47%
Adiantamento a fornecedores	23.957	2,26%	28.291	2,40%	23.400	2,16%	28.781	2,27%	5.380	22,99%	(4.891)	-17,29%	4.334	18,09%
Despesas antecipadas	3.486	0,33%	722	0,06%	2.696	0,25%	3.106	0,24%	410	15,21%	1.974	273,42%	(2.764)	-79,29%
Aplicações financeiras em garantia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Adiantamento a parceiros	7.214	0,68%	-	0,00%	-	0,00%	3.639	0,29%	3.639	100,00%	-	0,00%	(7.214)	-100,00%
Estoque de Óleo	8.784	0,83%	25.279	2,15%	33.192	3,07%	41.174	3,24%	7.982	24,05%	7.913	31,30%	16.495	187,78%
Outros créditos	3.495	0,33%	3.545	0,30%	721	0,07%	828	0,07%	107	14,85%	(2.824)	-79,65%	50	1,43%
	<b>786.718</b>	<b>74,23%</b>	<b>899.822</b>	<b>76,45%</b>	<b>781.577</b>	<b>72,21%</b>	<b>849.656</b>	<b>66,89%</b>	<b>68.080</b>	<b>8,71%</b>	<b>(118.245)</b>	<b>-13,14%</b>	<b>113.104</b>	<b>14,38%</b>
<b>Não circulante</b>														
Realizável a longo prazo														
Aplicações financeiras em garantia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Depósitos e cauções	10.664	1,01%	11.594	0,99%	12.993	1,20%	16.010	1,26%	3.017	23,22%	1.399	12,07%	930	8,72%
Adiantamento a fornecedores	12.596	1,19%	12.596	1,07%	12.596	1,16%	12.596	0,99%	-	0,00%	0	0,00%	-	0,00%
Tributos a recuperar	-	0,00%	20.084	1,71%	42.601	3,94%	51.669	4,07%	9.068	21,29%	22.517	112,11%	20.084	100,00%
Tributos diferidos	-	0,00%	1.226	0,10%	5.782	0,53%	18.480	1,45%	12.698	219,59%	4.556	371,66%	1.226	100,00%
Investimentos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imobilizado	72.925	6,88%	69.949	5,94%	44.234	4,09%	61.286	4,82%	17.052	38,55%	(25.715)	-36,76%	(2.976)	-4,08%
Intangível	176.951	16,70%	161.766	13,74%	182.583	16,87%	260.548	20,51%	77.965	42,70%	20.817	12,87%	(15.185)	-8,58%
	<b>273.136</b>	<b>25,77%</b>	<b>277.215</b>	<b>23,55%</b>	<b>300.790</b>	<b>27,79%</b>	<b>420.590</b>	<b>33,11%</b>	<b>119.799</b>	<b>39,83%</b>	<b>23.575</b>	<b>8,50%</b>	<b>4.079</b>	<b>1,49%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.059.854</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.177.037</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.082.367</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.270.246</b>	<b>100,00%</b>	<b>187.879</b>	<b>17,36%</b>	<b>(94.670)</b>	<b>-8,04%</b>	<b>117.183</b>	<b>11,06%</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>														
<b>Circulante</b>														
Fornecedores	50.507	4,77%	52.469	4,95%	50.176	4,64%	70.537	5,55%	20.361	40,58%	(2.293)	-4,37%	1.962	3,88%
Obrigações trabalhistas	7.439	0,70%	7.373	0,70%	10.151	0,94%	9.979	0,79%	(172)	-1,70%	2.778	37,68%	(66)	-0,89%
Tributos e contribuições sociais	8.518	0,80%	13.082	1,23%	8.858	0,82%	20.076	1,58%	11.218	126,64%	(4.224)	-32,29%	4.564	53,58%
Imposto e contribuição social	-	0,00%	-	0,00%	4.636	0,43%	1	0,00%	(4.635)	-99,99%	4.636	100,00%	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	75.011	5,91%	75.011	100,00%	-	0,00%	-	0,00%
Debêntures	-	0,00%	664	0,06%	688	0,06%	21.621	1,70%	20.933	3042,70%	24	3,60%	664	100,00%
Instrumentos financeiros	-	0,00%	-	0,00%	162	0,01%	(0)	0,00%	(162)	-100,00%	162	100,00%	-	0,00%
Adiantamento de parceiros	62.495	5,90%	7.658	0,72%	4.170	0,39%	7.129	0,56%	2.959	70,97%	(3.488)	-45,55%	(54.837)	-87,35%
Adiantamento para alienação de ativo fixo	25.368	2,39%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	(25.368)	-100,00%
Outras obrigações	-	0,00%	4.177	0,39%	779	0,07%	12.500	0,98%	11.721	1504,66%	(3.398)	-81,35%	4.177	100,00%
	<b>154.327</b>	<b>14,56%</b>	<b>85.423</b>	<b>8,06%</b>	<b>79.619</b>	<b>7,36%</b>	<b>216.853</b>	<b>17,07%</b>	<b>137.234</b>	<b>172,36%</b>	<b>(5.804)</b>	<b>-6,79%</b>	<b>(68.904)</b>	<b>-44,65%</b>
<b>Não circulante</b>														
Exigível a longo prazo														
Fornecedores	12.710	1,20%	12.710	1,20%	12.828	1,19%	13.456	1,06%	628	4,89%	118	0,93%	-	0,00%
Debêntures	87.568	8,26%	31.461	2,97%	31.431	2,90%	31.391	2,47%	(40)	-0,13%	(30)	-0,10%	(56.107)	-64,07%
Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Provisão para Abandono	138.039	13,02%	68.033	6,42%	48.670	4,50%	74.119	5,83%	25.449	52,29%	(19.363)	-28,46%	(70.006)	-50,71%
Provisão para contingências	33.838	3,19%	60.879	5,74%	56.393	5,21%	15.120	1,19%	(41.273)	-73,19%	(4.486)	-7,37%	27.041	79,91%
Tributos e contribuições sociais	9.487	0,90%	4.087	0,39%	19.275	1,78%	36.177	2,85%	16.902	87,69%	15.188	371,62%	(5.400)	-56,92%
Outras obrigações	2.152	0,20%	339	0,03%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	(339)	-100,00%	(1.813)	-84,25%
	<b>283.794</b>	<b>26,78%</b>	<b>177.509</b>	<b>16,75%</b>	<b>168.596</b>	<b>15,58%</b>	<b>170.262</b>	<b>13,40%</b>	<b>1.665</b>	<b>0,99%</b>	<b>(8.913)</b>	<b>-5,02%</b>	<b>(106.285)</b>	<b>-37,45%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>														
Capital Social Realizado	3.821.206	360,54%	3.265.185	308,08%	3.265.216	301,67%	3.265.256	257,06%	40	0,00%	31	0,00%	(556.021)	-14,55%
Reservas de Capital	518.631	48,93%	101.720	9,60%	100.875	9,32%	73.852	5,81%	(27.023)	-26,79%	(845)	-0,83%	(416.911)	-80,39%
Ajuste acumulado de conversão	261.233	24,55%	387.451	36,56%	61.704	5,70%	65.102	5,13%	3.399	5,51%	(325.747)	-84,07%	126.218	48,32%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	0,00%	-	0,00%	4.985	0,46%	26.698	2,10%	21.713	435,56%	4.985	100,00%	-	0,00%
Prejuízos acumulados	(3.979.337)	-375,46%	(2.840.251)	-267,99%	(2.598.629)	-240,09%	(2.547.777)	-200,57%	50.851	-1,96%	241.622	-8,51%	1.139.086	-28,63%
	<b>621.733</b>	<b>58,66%</b>	<b>914.105</b>	<b>86,25%</b>	<b>834.151</b>	<b>77,07%</b>	<b>883.130</b>	<b>69,52%</b>	<b>48.979</b>	<b>5,87%</b>	<b>(79.954)</b>	<b>-8,75%</b>	<b>292.372</b>	<b>47,03%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.059.854</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.177.037</b>	<b>101,06%</b>	<b>1.082.367</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.270.246</b>	<b>100,00%</b>	<b>187.879</b>	<b>17,36%</b>	<b>(94.670)</b>	<b>-8,04%</b>	<b>117.183</b>	<b>11,06%</b>

## Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

### Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 849,7 milhões e de R\$ 781,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. O incremento de R\$ 68 milhões ocorreu, basicamente, face às razões abaixo expostas:

Caixa e equivalentes de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 somavam R\$ 92,4 milhões comparados com R\$ 24,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Aumento de R\$ 67,6 milhões em decorrência principalmente do recebimento de R\$ 543,6 milhões referentes à venda de óleo de Polvo e do gás natural do Campo de Manati.

Títulos e valores mobiliários no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$ 511,9 milhões comparados com R\$ 546,5 milhões em 2016. Redução de R\$ 34,6 milhões devido à liquidação de bonds e resgate de alguns papéis da carteira dos fundos de investimento aplicados.

### Contas a receber

Contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$ R\$ 62 milhões e de R\$ 30,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Aumento de R\$ 31,3 milhões decorrente principalmente das vendas de gás e óleo condensado para a Petrobrás realizadas por Manati em novembro e dezembro de 2017, de aproximadamente 32 milhões de m<sup>3</sup> de gás, correspondente a uma receita líquida de R\$ 26.325 e da venda de óleo realizada em dezembro de 2017 para a Trafigura, referente a aproximadamente 425 mil barris de petróleo, que gerou uma receita de R\$ 84.251, integralmente recebida, no campo de Polvo.

### Ativo Não Circulante

#### Imobilizado

O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 61,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 44,2 milhões em 2016. Aumento de R\$ 17,1 milhões pela aquisição dos ativos de óleo e gás de Manati, bem como pela depreciação da plataforma fixa e o ajuste acumulado de conversão.

#### Intangível

O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 260,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 182,6 milhões em 2016. Aumento de R\$ 77,9 milhões decorrente basicamente de dois fatores, quais sejam: gastos com o redesenvolvimento do campo de Polvo, no valor de R\$ 68 milhões, que tem como finalidade a extensão da vida útil do campo e ágio apurado na aquisição da Brasoil no valor de R\$ 19,8 milhões, justificado pela expectativa de rentabilidade futura.

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Amortização	Aquisição Brasoil	Saldo em 31/12/2017
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	151	-	(151)	-	-	-
Custo de Aquisição - Polvo	120.501	-	-	(34.912)	-	85.589
Custo de Aquisição - Manati	-	-	-	(15.432)	86.129	70.697
Ágio na aquisição da Brasoil	-	-	-	-	19.777	19.777
Bônus de assinatura - FZA-M-254	-	-	-	-	5.968	5.968
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	-	-	-	-	8.022	8.022
Gastos Exploratórios/Desenvolvimento	56.162	2.642	(170)	(16.222)	-	42.411
Manutenção de poços	-	11.018	-	(2.180)	-	8.838
Sobressalentes de emergência	5.744	5.651	-	-	-	11.395
Carteira de Clientes - Manati	-	-	-	(1.995)	9.561	7.566
Softwares e outros	25	-	-	-	261	286
	<b>182.583</b>	<b>19.310</b>	<b>(321)</b>	<b>(70.742)</b>	<b>129.718</b>	<b>260.548</b>



## Passivo

### Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 216,9 milhões e de R\$ 79,6 milhões em 2016. O aumento de R\$ 137,3 milhões ocorreu, basicamente, pela captação de novos empréstimos e debentures da Brasoil.

### Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 170,3 milhões e de R\$ 168,6 milhões em 2016. A variação ocorreu, basicamente, pelo aumento na provisão para o abandono, em função da aquisição da Brasoil, reversão na provisão para contingências de R\$ 41 milhões após a Companhia obter decisão favorável para anulação de uma sentença arbitral com a Tuscanly e pelo aumento dos tributos e contribuições sociais diferidos no valor de R\$ 17 milhões, devido às marcações a mercado de investimentos não realizadas.

### Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 883 milhões e de R\$ 834 milhões em 2016. O aumento de R\$ 49 milhões deve-se basicamente à marcação a mercado dos fundos de investimento que estão classificados como disponíveis para venda, tendo seu efeito parcialmente mitigado pelo aumento na recompra de ações da própria companhia (ações em tesouraria).

### Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

#### Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 781,6 milhões e de R\$ 899,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução de R\$ 118,2 milhões ocorreu, basicamente, face às razões abaixo expostas:

#### *Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazo).*

Caixa e equivalentes de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 somavam R\$ 24,8 milhões comparados com R\$ 283,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Diminuição de R\$ 259,2 milhões.

Títulos e valores mobiliários no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$ 546,5 milhões comparados com R\$ 213,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Aumento de R\$ 333,4 milhões.

As variações se justificam em virtude do aumento da aplicação do caixa da Companhia em bonds e fundos de investimento.

#### *Contas a receber*

Contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$ 30,7 milhões e de R\$ 244,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Diminuição de R\$ 213,8 milhões decorrente principalmente da rescisão do contrato de compra e venda dos 80% e 20% de participação sobre os direitos e obrigações dos contratos de concessão dos Campos de Bijupirá e Salema ("BJSA") com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") e com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, respectivamente. Sendo que dos valores pagos à Shell restam ser devolvidos US\$ 7 milhões (R\$ 22,8 milhões), que estão sendo cobrados via procedimento arbitral.

## Ativo Não Circulante

### Imobilizado

O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 44,2 milhões e de R\$ 69,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Redução de R\$ 25,7 milhões pela depreciação da plataforma fixa e o ajuste acumulado de conversão.

### Intangível

O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 182,6 milhões e de R\$ 161,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Aumento de R\$ 20,8 milhões decorrente basicamente de dois fatores, quais sejam: nova certificação das reservas pela DeGolyer and MacNaughton que confirmou o alongamento da vida útil até 2021, ajustando apenas a curva de produção estimada, e conseqüentemente reduziu a amortização dos ativos em 2016, e o investimento feito em gastos com redesenvolvimento que tinha como finalidade a extensão da vida útil do campo de Polvo.

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Amortização	Varição Cambial	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2016
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	151	-	-	-	-	-	151
Bônus de assinatura - Polvo	161.298	-	-	(40.797)	-	-	120.501
Gastos Exploratórios/Desenvolvimento	170	68.042	-	(12.050)	-	-	56.162
Sobressalentes de emergência	-	5.744	-	-	-	-	5.744
Softwares e outros	147	-	(13)	(109)	-	-	25
	<b>161.766</b>	<b>73.786</b>	<b>(13)</b>	<b>(52.956)</b>	-	-	<b>182.583</b>

## Passivo

### Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 79,6 milhões e de R\$ 85,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução de R\$ 5,8 milhões ocorreu, basicamente, pela compensação de impostos a pagar.

### Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 168,6 milhões e de R\$ 177,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação ocorreu, basicamente, pelas reduções na provisão para o abandono do Campo de Polvo no valor de R\$ 19,4 milhões, em função do alongamento da curva mencionado anteriormente, na provisão para contingências de R\$ 4,5 milhões e pelo aumento dos tributos e contribuições sociais diferidos no valor de R\$ 15,2 milhões, devido às marcações a mercado de investimentos não realizadas.

### Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 834 milhões e de R\$ 914 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução de R\$ 80 milhões ocorreu em decorrência do resultado do exercício de 2016 desconsiderando a reclassificação do ajuste acumulado de conversão do investimento na Namíbia.

## Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

### Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 899,8 milhões e de R\$ 786,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. O aumento de R\$ 113,1 milhões ocorreu, basicamente, face às razões abaixo expostas:





### Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazo).

Caixa e equivalentes de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 somavam R\$ 283,9 milhões comparados com R\$ 350,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Diminuição de R\$ 66,7 milhões.

Títulos e valores mobiliários no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 eram de R\$ 213,1 milhões e de R\$ 98,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Aumento de R\$ 114,7 milhões.

As variações se justificam em virtude dos desinvestimentos que ocorreram durante o ano de 2015, e da operação e consequente geração de caixa do Campo de Polvo.

### Ativo mantido para venda

Ativo mantido para venda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 73,6 milhões e de R\$ 258,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Diminuição de R\$ 184,4 milhões. Além da venda de quatro aeronaves, este valor refere-se substancialmente a venda dos blocos exploratórios da Bacia de Solimões. Permanecem no ativo mantido para venda as quatro sondas helitransportáveis e três aeronaves.

### Ativo Não Circulante

#### Imobilizado

O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 69,9 milhões e de R\$ 72,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Redução de R\$ 2,9 milhões, principalmente, pela baixa de ativos obsoletos.

#### Intangível

O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 161,8 milhões e de R\$ 176,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Redução de R\$ 15,1 milhões. A redução decorreu, principalmente, em função da baixa do adiantamento da aquisição dos 40% - Polvo (Maersk) e amortização de software.

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Ativo mantido para venda	Amortização	Impairment	Varição Cambial	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2015
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	151	-	-	-	-	-	-	-	151
Bônus de assinatura - Polvo	170.140	175.864	(137.877)	-	(46.829)	-	-	-	161.298
Adiantamento aquisição 40% Polvo (Maersk)	4.430	-	(7.709)	-	-	-	3.279	-	-
Gastos Exploratórios	170	-	-	-	-	-	-	-	170
Softwares e outros	2.060	36	(1.274)	-	(1.170)	-	-	495	147
	176.951	175.900	(146.860)	-	(47.999)	-	3.279	495	161.766

### Passivo

#### Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 85,4 milhões e de R\$ 154,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução de R\$ 68,9 milhões ocorreu, basicamente, face à baixa do adiantamento da Maersk em função da aquisição dos 40% do Campo de Polvo e devolução do valor de adiantamento da venda das sondas não concluído.

#### Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 271,1 milhões e de R\$ 126,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento ocorreu, basicamente, a provisão para o abandono do Campo de Polvo no valor de R\$ 138,0 milhões e pela emissão de debentures, no valor de R\$ 87,6 milhões.



## Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.177 milhões e de R\$ 1.059 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução de R\$ 117,2 milhões ocorreu em decorrência principalmente do aumento do prejuízo acumulado.

## FLUXO DE CAIXA

### FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	2014	2015	2016	2017
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	88.168	(20.171)	114.000	49.087
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	222.858	(17.367)	(391.101)	2.624
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	6.026	(8.532)	(5.699)	13.861
Variação cambial	-	(20.613)	23.642	2.080
<b>Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>317.052</b>	<b>(66.683)</b>	<b>(259.158)</b>	<b>67.652</b>

### Geral

No ano de 2017, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme mencionado nas variações do contas a receber. As saídas de caixa referem-se principalmente aos custos de produção do Campo de Polvo e de Manati e despesas operacionais.

No ano de 2016, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e dos recursos oriundos da venda de ativos relativos a Solimões e devolução de Shell e Petrobrás, conforme mencionado nas variações do contas a receber. As saídas de caixa referem-se principalmente aos custos de produção do Campo de Polvo e despesas operacionais.

No ano de 2015, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e dos recursos oriundos da venda de ativos relativos à Namíbia, aeronaves e a primeira parcela do farm out de Solimões. As saídas de caixa referem-se principalmente aos custos de produção do Campo de Polvo e despesas operacionais.

### Comparação das principais variações em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

#### Atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 49.087 mil em 31 de dezembro de 2017 e em R\$ 114.001 mil em 31 de dezembro de 2016 sendo a variação de R\$ 64.913 mil. Os maiores impactos em 2016 decorrem da rescisão do contrato de concessão de Bijupirá e Salema que reduziu o Contas a Receber da Companhia e do levantamento do crédito de PIS e COFINS sobre insumos que aumentou o saldo de tributos a recuperar. Em 2017 a movimentação se estabilizou apenas com eventos recorrentes.

#### Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um incremento de R\$ 2.624 mil em 31 de dezembro de 2017 e um desembolso de R\$ 391.101 mil em 31 de dezembro de 2016. A variação de R\$ 393.725 mil decorreu principalmente do investimento em instrumentos financeiros, tais como bonds e fundos de investimento em 2016.



### **Atividades de financiamento**

O fluxo de caixa das atividades de financiamento foi positivo em R\$ 13.861 mil em 31 de dezembro de 2017 e negativo em R\$ 5.699 mil em 31 de dezembro de 2016. O aumento de R\$ 19.560 mil ocorreu em função de contratação de empréstimos e reduziu com o pagamento de juros das debêntures.

### **Comparação das principais variações em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:**

#### **Atividades operacionais**

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 114.001 mil em 31 de dezembro de 2016 e negativo em R\$ 20.171 mil em 31 de dezembro de 2015, sendo a variação de R\$ 134.172 mil. Os maiores impactos decorrem da rescisão do contrato de concessão de Bijupirá e Salema que reduziu o Contas a Receber da Companhia e do levantamento do crédito de PIS e COFINS sobre insumos que aumentou o saldo de tributos a recuperar.

#### **Atividades de investimento**

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um desembolso de R\$ 391.101 mil em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 17.367 mil em 31 de dezembro de 2015. A variação de R\$ 219.088 mil decorreu principalmente do investimento em instrumentos financeiros, tais como bonds e fundos de investimento.

### **Atividades de financiamento**

O fluxo de caixa das atividades de financiamento foi negativo em R\$ 5.699 mil em 31 de dezembro de 2016 e negativo em R\$ 8.532 mil em 31 de dezembro de 2015. O aumento de R\$ 2.833 mil ocorreu em função do pagamento de juros das debêntures e das operações com derivativos.

### **Comparação das principais variações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:**

#### **Atividades operacionais**

O resultado do fluxo de caixa das atividades operacionais foi negativo em R\$ 20.171 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com um resultado positivo em R\$ 88.168 mil em 31 de dezembro de 2014, variação de R\$ 108.339 mil. Os maiores impactos decorrem da aplicação de recursos na produção do petróleo.

#### **Atividades de investimento**

O resultado do fluxo de caixa das atividades de investimento foi negativo em R\$ 17.367 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com um resultado de R\$ 222.858 mil em 31 de dezembro de 2014. A retração de R\$ 240.225 mil decorreu do resultado de dispêndios de recursos feitos com a finalidade de gerar receitas e fluxos de caixa no futuro e as aplicações financeiras. Destacam-se as vendas dos direitos exploratórios do Solimões e a aquisição dos 40% restantes do Campo de Polvo.

### **Atividades de financiamento**

O resultado do fluxo de caixa das atividades de financiamento foi negativo de R\$ 8.532 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com um resultado de R\$ 6.026 mil em 31 de dezembro de 2014. A redução de R\$ 14.558 mil ocorreu em função do pagamento de juros das debêntures.



## Comparação das principais variações em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

### Atividades operacionais

O resultado do fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 88.168 mil em 31 de dezembro de 2014, comparado com um resultado negativo em R\$ 282.875 mil em 31 de dezembro de 2013, demonstra uma variação de R\$ 371.043 mil. Os maiores impactos positivos decorrem da geração de caixa positiva oriunda da operação do Campo de Polvo.

### Atividades de investimento

O resultado do fluxo de caixa das atividades de investimento foi de R\$ 222.858 mil em 31 de dezembro de 2014, comparado com um resultado de R\$ 223.935 mil em 31 de dezembro de 2013, retração de R\$ 1.077 mil decorrente do resultado de dispêndios de recursos feitos com a finalidade de gerar receitas e fluxos de caixa no futuro e as aplicações financeiras. Destacam-se o resgate de R\$ 272.565 mil provenientes da conta-garantia constituída para o empréstimo quitado junto ao Credit Suisse em fevereiro de 2014.

### Atividades de financiamento

O resultado do fluxo de caixa das atividades de financiamento foi de R\$ 6.026 mil em 31 de dezembro de 2014, comparado com um resultado de R\$ 48.880 mil em 31 de dezembro de 2013, redução de R\$ 42.854 mil. Essa redução ocorreu em função do pagamento de empréstimo para aquisição do Campo de Polvo.

## 10.2 – Resultado operacional e financeiro

### a) Resultados das operações do emissor, em especial;

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

No ano de 2017, a receita operacional da Companhia resultou da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e da venda de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme quadro abaixo:

	2017
Óleo	83%
Gás natural	17%

No ano de 2016, a receita operacional da Companhia resultou da venda de óleo produzido no Campo de Polvo.

Em 2015, a receita operacional resultou da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e, portanto, esteve totalmente exposta às variações no preço desta commodity.

Em 2014, a receita operacional resultou da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e, adicionalmente, aos serviços de geologia e geofísica prestados pela então subsidiária IPEX (vendida em setembro de 2014).

#### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

##### Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

O principal fator que afetou de forma relevante o resultado operacional foi a aquisição da Brasoil em março de 2017. A Brasoil contribuiu com receitas de R\$ 89 milhões, referentes à participação de 10% da PetroRio no consórcio de gás natural.



#### **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016**

Os principais fatores que afetaram de forma relevante os resultados operacionais foram o registro do crédito de impostos e a reclassificação do ajuste acumulado de conversão do investimento na Namíbia, nos montantes de R\$ 47,8 milhões e R\$ 309,2 milhões, respectivamente. Adicionalmente, foi registrada a reversão da perda de R\$ 19,3 milhões com a marcação a mercado do estoque de óleo e o ajuste negativo no preço da venda de Solimões no valor de R\$ 15,6 milhões.

#### **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015**

Os principais fatores que afetaram de forma relevante os resultados operacionais foram as receitas referentes à venda das concessões na bacia de Solimões e da aquisição de 40% do Campo de Polvo, nos montantes de R\$ 19,4 milhões e R\$ 271,7 milhões, respectivamente. Adicionalmente, foram registradas perdas de R\$ 19,3 milhões com a marcação a mercado do estoque de óleo ao final de 2015 e *impairment* de R\$ 79,5 milhões relativo às sondas helitransportáveis e às aeronaves.

#### **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014**

Um dos principais fatores que afetaram de forma relevante os resultados operacionais foram as despesas referentes à baixa de poço seco e testes de *Impairment* no montante de R\$ 541,8 milhões e R\$ 486,9 milhões, respectivamente, menores que as provisionadas em 2013 em virtude do saldo residual dos ativos exploratórios na Namíbia e no Solimões.

#### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Nos anos de 2017 e 2016, a receita operacional da Companhia resultou principalmente da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e, portanto, esteve totalmente exposta às variações no preço do Brent, com aumento de 15,8% em relação ao ano anterior.

Nos anos de 2016 e 2015, a receita operacional da Companhia resultou da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e, portanto, esteve totalmente exposta às variações no preço do Brent, que caiu 15,8% e 120,4% na comparação com os anos anteriores, respectivamente.

Para os exercícios anteriores, as oscilações na cotação dessa commodity não se aplicam, uma vez que 2014 foi o primeiro ano com receita operacional decorrente da venda de óleo produzido.

#### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:**

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e variação do preço do Brent. O setor de óleo e gás, notadamente um mercado cíclico, ainda é afetado pela economia global, além da política macroeconômica adotada pelo Governo Brasileiro.

O impacto da oscilação no preço do Brent está descrito acima. Em 2017 a Companhia manteve o rebalanceamento realizado em 2016. As aplicações foram mantidas em títulos de renda fixa em dólares de instituições brasileiras de grande porte, como estratégia de preservação de capital. A companhia possui investimentos em ações de empresa em recuperação judicial, acreditando na possível valorização do papel. A Companhia também manteve a aplicação de recursos em fundos de investimento no Brasil e no Exterior, que aplicam em sua maioria em ações e títulos públicos (NTN). Este movimento está em linha com a estratégia da Companhia e suas subsidiárias em concentrar parte de suas aplicações financeiras com gestores profissionais independentes, de forma a buscar a maximização do retorno de parte do caixa. Esses fundos são abertos (não exclusivos) e possuem gestão independente com autonomia para

movimentar os recursos aportados. Adicionalmente, a Companhia detém nota promissória com remuneração anual de 6%, também atrelada à variação do dólar norte-americano.

A administração da Companhia efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Em 2017, as atividades com derivativos foram efetuadas com a finalidade de proteção e gestão de risco, realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas.

Em 2014 as operações de hedge contratadas pela Companhia foram realizadas em consonância com os compromissos em moeda estrangeira assumidos para o prazo de doze meses, evitando impactos no resultado financeiro. Em 2015, a Companhia não realizou operações de hedge. Em 2016 e 2017 a Companhia realizou operações com derivativos com o intuito exclusivo de fornecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação dos preços do petróleo.

### **10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Com a venda da subsidiária IPEX em 2014, que atuava na prestação de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas, a Companhia deixou de atuar neste segmento. Nos anos de 2015, 2016 e 2017, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais pela Companhia, cujas controladas atualmente operam em um único segmento operacional: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

#### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Em 2013, a Companhia iniciou o processo de desinvestimento de seu negócio de logística aérea, que contemplava uma frota de aeronaves (14 helicópteros e quatro aviões) e uma empresa de serviços (Air Amazônia), com a venda da Air Amazonia e de seis helicópteros. No mês de maio daquele ano, a Companhia anunciou a transação para aquisição de 60% de participação no Campo de Polvo, pertencente à BP. Esta transação foi concluída em janeiro de 2014, quando a Companhia passou a ser a operadora desta concessão.

Em julho de 2014, a Companhia anunciou a aquisição da participação remanescente de 40% no Campo de Polvo, pertencente à Maersk, passando a ser sua única concessionária. A conclusão desta transação ocorreu em dezembro de 2015.

Ainda em 2014, a Companhia vendeu a IPEX numa transação que considerou a transferência integral da participação no capital social, todos os equipamentos, contratos e funcionários.

A Companhia concluiu em 2015 o farm-out das concessões que detinha na Bacia do Solimões para a Rosneft Brasil E&P Ltda. por US\$ 55 milhões.

A Companhia concluiu, em março de 2017 o processo de aquisição do controle da Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A. ("Brasoil"), empresa que atua substancialmente nos mesmos segmentos de negócios da Companhia, por R\$ 116 milhões.

#### **c) Eventos ou operações não usuais.**

No dia 09 de março de 2016, a PetroRio anunciou que em decorrência do atual cenário da indústria de óleo e gás e após um longo período de diálogos com o governo da Namíbia, optou por não renovar suas licenças de exploração de petróleo naquele país. Assim, a Companhia não prosseguirá com novos investimentos na Namíbia. Os investimentos realizados anteriormente na exploração dos campos foram integralmente provisionados (Impairment) em exercícios anteriores.

Em dezembro de 2016 a Companhia decidiu pela liquidação da filial da Petro Rio Internacional na Namíbia. Esta filial foi utilizada pela Companhia entre 2011 e 2013 como operadora da campanha exploratória na Namíbia, centralizando

os recursos financeiros. Neste período, a Companhia aportou US\$ 260.789 mil, que convertidos à taxa histórica de cada remessa montavam R\$ 500.923 mil. Sobre este montante foi calculada variação cambial até 30 de dezembro de 2016, registrada na conta de ajuste acumulado de conversão, em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Com a liquidação desta filial internacional, foi realizada a reclassificação do ajuste acumulado de conversão, para o resultado do exercício da Companhia, em Outras Receitas e Despesas. O impacto desta reclassificação no resultado da Companhia foi um crédito de R\$ 309.187.

Em 20 de março de 2017 a PetroRioOG concluiu a transação de aquisição de 100% das ações da Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A. ("Brasoil"). A transação foi realizada em etapas, sendo a primeira e segunda etapas realizadas em dezembro de 2016, com a celebração dos contratos de compra e venda com o Goldman Sachs & Co. ("GO") – 23,19% – e com o Fundo Brascan de Petróleo, Gás e Energia - Fundo de Investimento em Participações ("FIP Brascan") – 29,21% – totalizando 52,40%. A terceira etapa, realizada no primeiro trimestre de 2017, foi a aquisição dos 47,60% restantes de participação, detidos por acionistas minoritários, que aderiram a cláusula de venda conjunta (tag along) dos contratos firmados originalmente com a GO e a FIP Brascan.

A conclusão da transação de compra e venda foi confirmada após o cumprimento de todas as condições precedentes.

A Brasoil é uma sociedade holding, detendo indiretamente participação de 10% sobre os direitos e obrigações do contrato de concessão do Campo de Manati, que, por sua vez, produz atualmente 5,1 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia (aproximadamente 32 mil barris de óleo equivalente por dia), figurando como o 8º maior campo produtor de gás natural do Brasil.

Além da participação no Campo de Manati, outros ativos relevantes da Brasoil incluem a participação de 100% nas concessões dos Blocos FZA-Z-539 e FZA-M-254, ambos na Foz do Rio Amazonas, dos quais a Companhia é Operadora.

#### **10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). Para as demonstrações financeiras apresentadas em 2017, 2016, 2015 e 2014, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

##### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.**

O resultado da análise dos impactos dos CPC's efetuada pela Administração não produziu modificações significativas na posição patrimonial e financeira da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

##### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

O parecer das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foi divulgado sem ressalvas, constando apenas uma ênfase sobre o investimento, qual seja:

"Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 04 e 28, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2016, investimento em ações, majoritariamente concentrados em uma única empresa, que se encontra em processo de recuperação judicial. Consequentemente, quando da efetiva realização desse investimento, o valor poderá vir a ser diferente daquele registrado, em decorrência do efeito da oscilação dos valores de mercado destes instrumentos financeiros. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto."

A Companhia investiu majoritariamente em ações de uma empresa que se encontra em recuperação judicial, pois entende que existe grande potencial de valorização do investimento.

O parecer das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 também foi divulgado sem ressalvas, constando apenas uma ênfase sobre o investimento, qual seja:

“Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 04 e 29, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2017, investimento em ações, majoritariamente concentrados em uma única empresa, que se encontra em processo de recuperação judicial. Consequentemente, quando da efetiva realização desse investimento, o valor poderá vir a ser diferente daquele registrado, em decorrência do efeito da oscilação dos valores de mercado destes instrumentos financeiros. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

No decorrer do primeiro trimestre de 2018, 86% da posição da carteira de ações em 31 de dezembro de 2017 foi liquidada, realizando ganhos acumulados neste período que somam R\$ 23.990.

### **10.5 – Políticas contábeis críticas**

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração da Companhia realize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia promove revisões nas suas estimativas e premissas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão assim apresentadas:

#### **Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada, pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois, o menor.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (“successful efforts method of accounting”). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associado ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de funcionários, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

Caso reservas comerciais não sejam encontradas, o poço exploratório será baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, estes custos serão baixados ao resultado. Quando forem identificadas reservas provadas e o desenvolvimento for autorizado, os gastos exploratórios da área serão transferidos para “ativos de óleo e gás”.

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) serão capitalizadas como “ativos de óleo e gás”.





Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação

legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo-prazo. As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. As estimativas de custos com abandono serão revistas pelo menos anualmente ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada mensalmente em base pró-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

Instalações e infraestrutura cuja vida útil econômica é inferior à vida econômica das reservas do campo serão depreciados pelo método linear.

#### **Provisão para recuperação de ativos.**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão classificadas em rubrica específica (“perdas no valor recuperável de ativos”) na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada concessão. A administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

#### **Provisão para contingências.**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 15.120 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre Trabalhistas (R\$ 14.820 mil), e fiscais (R\$ 299 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 358.047 mil.

Em junho de 2017 a Companhia reverteu provisão para contingência registrada em seu balanço. Através de uma ação anulatória ajuizada por seus advogados e julgada em 28 de junho de 2017, a sentença do procedimento arbitral foi anulada.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 56.393 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre Arbitragens (R\$ 44.128 mil), Trabalhistas (R\$ 11.997 mil), e fiscais (R\$ 268 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 57.818 mil.

### **10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de**

recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há operações ativas e passivas, de qualquer natureza, que já não estejam registradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não aplicável.

**b) Natureza e o propósito da operação.**

Não aplicável.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável.

**10.8 – Plano de Negócios**

**a) Investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A realização dos investimentos objeto da projeção está condicionada, por ora, única e exclusivamente ao deferimento do pedido de redução de royalties protocolado na ANP. O protocolo, feito por meio da subsidiária Petro Rio O&G Exploração e Produção Ltda, tem como pleito principal a redução de royalties para o Campo de Polvo (BM-C-8), como incentivo e fomento para investimentos na revitalização do mesmo.

A estimativa do teto de gastos e a expectativa sobre o cronograma de investimentos para 2018 poderão ser revisadas na hipótese do eventual deferimento do pedido de redução de Royalties, protocolado em outubro de 2017.

A projeção divulgada compreende o período de 1 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, e é válido pelo mesmo período.

As premissas dos gastos foram elaboradas pela equipe técnica da PetroRio e baseiam-se no histórico de perfurações conduzidas no Campo entre os anos de 2007 e 2013, assim como consultas a fornecedores sobre materiais e serviços de perfuração em campanhas de exploração similares, em Campos maduros nas proximidades do Campo de Polvo.

Uma vez deferido o pedido de redução de royalties pela ANP, a expectativa da Companhia é de iniciar as perfurações dos poços ainda no primeiro trimestre de 2018.

Devido ao caráter exploratório da prospecção dos novos poços citados acima, e o grau de incerteza a ele embutido, a expectativa de valores investidos se restringe à gastos de até US\$ 60MM, visando alcançar 12,1MMbbl de reservas provadas não-desenvolvidas (“Proved Undeveloped”), prováveis (“Probable”) e possíveis (“Possible”) e ainda a possibilidade de alcançar aproximadamente 7MMbbl adicionais de reservas ainda não certificadas, totalizando um potencial de até 19,1MMbbl incrementais.

## **ii. Fontes de financiamento dos investimentos.**

Para financiar seu plano de investimentos em 2018, a Companhia contará com os recursos existentes em seu caixa, R\$ 604 milhões. A Companhia poderá contar ainda com complementações oriundas da venda de ativos não estratégicos e emissão de novas dívidas, se estas se apresentarem eficientes em estrutura e custo.

## **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Em 2013, a Companhia iniciou o processo de desinvestimento de ativos não estratégicos. No dia 09 de março de 2016, a PetroRio anunciou que em decorrência do atual cenário da indústria de óleo e gás e após um longo período de diálogos com o governo da Namíbia, optou por não renovar suas licenças de exploração de petróleo naquele país. Assim, a Companhia não prosseguirá com novos investimentos na Namíbia. Os investimentos realizados anteriormente na exploração dos campos foram integralmente provisionados (Impairment) em exercícios anteriores. Neste sentido, em 30 de dezembro de 2016 a Companhia decidiu pela liquidação da filial da Namíbia.

Em 25 de abril de 2017 foi concretizada a venda de duas das sondas helitransportáveis para a empresa Neftpromleasing LLC (subsidiária da Rosneft), pelo montante de US\$ 3,5 milhões por sonda (valor pelo qual estavam registradas), recebidos integralmente em 25 de maio de 2017.

A Companhia encerrou o ano de 2017 ainda de posse de duas sondas de perfuração helitransportáveis e uma aeronave.

Adicionalmente, em 28 de fevereiro de 2017 a controlada PetroRio Internacional assinou contrato de cessão da sua participação sobre estes blocos (10%) ao operador do consórcio, COWAN, em troca dos valores em aberto que estavam a pagar ao operador referente a cash calls, no montante de R\$ 305.

## **b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Em dezembro de 2016 a PetroRioOG assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 52,40% da Brasoil Exploração Petrolífera S.A. (“Brasoil”), condicionado ao não exercício, por parte dos minoritários, da cláusula de direito da primeira oferta (right of first offer), que se encerrou em janeiro de 2017. Em fevereiro de 2017, os minoritários decidiram por aderir a clausula de venda conjunta (tag along), e com isso a PetroRioOG passa a deter 100% de participação na Brasoil. A transação foi concluída em 20 de março de 2017.

A Brasoil é uma sociedade holding, detendo indiretamente participação de 10% sobre os direitos e obrigações do contrato de concessão do Campo de Manati, que, por sua vez, produz atualmente 4,2 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia (aproximadamente 26 mil barris de óleo equivalente por dia), figurando como 8º maior campo produtor de gás natural do Brasil.

Além da participação no Campo de Manati, outros ativos relevantes da Brasoil incluem a participação indireta de 100% nas concessões do Campo de Pirapema - ativo de gás atualmente em desenvolvimento - e do Bloco FZA-M-254, ambos na Foz do Rio Amazonas.

## **c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em**

desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

#### **10.9 – Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações que a Diretoria da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.

\*\*\*



## Proposta de Destinação dos Resultados

(Anexo 9-1-II da ICVM 481)

---

### ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Informar o lucro líquido do exercício  
Conforme os artigos 189 e 191 da Lei 6.404/1976, o resultado do exercício de 2017 foi deduzido de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não restando saldo a distribuir (Lucro Líquido).
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados  
Não aplicável
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído  
Não aplicável
4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores  
Não aplicável
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
  - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe  
Não aplicável
  - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio  
Não aplicável
  - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio  
Não aplicável
  - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento  
Não aplicável
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
  - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados  
Não aplicável

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos  
Não aplicável
- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
  - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores  
Não aplicável
  - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores  
Não aplicável
- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
  - a. Identificar o montante destinado à reserva legal  
Não aplicável
  - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal  
Não aplicável
- 9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
  - a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos  
Não aplicável
  - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos  
Não aplicável
  - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa  
Não aplicável
  - d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais  
Não aplicável
  - e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe  
Não aplicável
- 10. Em relação ao dividendo obrigatório
  - a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A legislação brasileira e o Estatuto Social da Companhia exigem que esta distribua anualmente aos seus acionistas um dividendo obrigatório com base em um percentual mínimo do lucro líquido do ano fiscal

anterior da Companhia (“Dividendo Obrigatório”).

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Do saldo remanescente, a assembleia geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do Dividendo Obrigatório.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à: (i) formação de reserva para contingências; e (ii) distribuição de lucros aos acionistas mediante reversão das mesmas reservas para contingências formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) uma parcela será destinada ao pagamento do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório aos acionistas, conforme abaixo definido;
- (d) no exercício em que o montante do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório, abaixo definido, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com 35% (trinta e cinco por cento) até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito da Companhia observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital subscrito da Companhia; e
- (g) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela assembleia geral, observadas as prescrições legais.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo não inferior a 0,001% (zero vírgula zero zero um por cento) do lucro líquido do exercício (“Dividendo Anual Mínimo Obrigatório”), diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal;



e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

#### 11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

#### 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

#### 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável



- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva  
Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva  
Não aplicável
- b. Identificar o montante destinado à reserva  
Não aplicável
- c. Descrever como o montante foi calculado  
Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção  
Não aplicável
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital  
Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva  
Não aplicável
- b. Explicar a natureza da destinação  
Não aplicável

\*\*\*



## Informações Sobre os Candidatos Indicados pela Administração da Companhia para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – ICVM 480)

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração propõe a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração conforme indicados abaixo.

Nome	Helio Calixto Costa	William Connell Steers	Ronaldo Carvalho da Silva	Haroldo Borges Rodrigues Lima	Pedro Grossi Junior
Data de Nascimento	17/08/1939	15/08/1953	12/07/1955	07/10/1939	29/11/1943
Profissão	Jornalista	Economista	Engenheiro	Engenheiro	Advogado
CPF/ MF ou Passaporte	047.629.916-00	854.930.317-87	663.936.987-72	046.751.185-34	032.834.457-53
Cargo eletivo a ser ocupado	Titular	Titular	Titular	Titular	Titular
Data da eleição	27.04.2018	27.04.2018	27.04.2018	27.04.2018	27.04.2018
Data da posse	Até 27.05.2018	Até 27.05.2018	Até 27.05.2018	Até 27.05.2018	Até 27.05.2018
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Outros cargos ou funções exercidos na PetroRio	Não aplicável	Não aplicável	Coordenador do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria	Não aplicável
Indicado/Eleito pelo controlador	Não	Não	Não	Não	Não
É membro independente	Sim, cf. critérios do Novo Mercado	Sim, cf. critérios do Novo Mercado	Sim, cf. critérios do Novo Mercado	Sim, cf. critérios do Novo Mercado	Sim, cf. critérios do Novo Mercado
Número de mandatos consecutivos	2	2	2	2	2
Percentual de participação nas reuniões realizadas em 2017	89%	100%	100%	100%	100%

## **HELIO CALIXTO COSTA**

Ex-Ministro de Comunicações e Senador da República. O Sr. Helio Costa tem trabalhado no ramo do jornalismo há cerca de 55 anos e tem vasta experiência nas áreas de transmissão e comunicação. Foi para os Estados Unidos em 1967, para trabalhar na Rádio Internacional “A Voz da América”, em Washington, e passou por todos os postos até chegar ao de editor. Seu último cargo no governo americano foi de "especialista em comunicação". Estudou Artes e Ciências na Universidade de Maryland, Correspondente Estrangeiro na Universidade Católica de Washington e foi professor de comunicações da Pace University, a convite do Professor Jordan Young. Em 1972, foi contratado como correspondente estrangeiro e mais tarde chefe do escritório do The New York News of Globo Television, a quarta maior rede de televisão do mundo. Viveu em Londres e Paris durante a implantação do escritório da Rede Globo na Europa. Como jornalista, recebeu vários prêmios, incluindo a Liga dos Eleitores das Mulheres de Nova York e A Associação Mundial de Imprensa. No Brasil, foi eleito quatro anos consecutivos como o melhor comunicador na TV e Rádio. Em 1986, retornou ao Brasil e se candidatou a Deputado Federal Constituinte. Em 1998 foi reeleito. Em 2002 foi eleito Senador Federal no Estado de Minas Gerais. A convite do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Senador Hélio Costa assume o Ministério das Comunicações, em 08 de julho de 2005. Implementou o projeto Banda Larga nas Escolas. Após o período de quarentena de 1 (um) ano exigido àqueles que deixam o Governo, o Sr. Costa trabalha com uma empresa de consultoria Thelson Telecommunications, sediada em Belo Horizonte, MG, Brasil.

O Sr. Helio Costa declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## **WILLIAM CONNEL STEERS**

O Sr. Steers é sócio Diretor da IMC Brasil desde 1985 e foi Sócio Diretor da Weatherhaven Brasil de 2008 a 2012. É membro do Conselho de Administração da Indústrias Verolme-Ishibras S.A. – IVI e Docas Investimentos O Sr. Steers é empresário canadense com negócios em diversos países. Seus investimentos estão distribuídos em uma grande variedade de setores.

O Sr. William Steers declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## **RONALDO CARVALHO DA SILVA**

Bacharel em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio). MBA Executivo pelo Instituto Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). O Sr. Silva tem 35 anos de carreira, tendo trabalhado como membro do Conselho da Sade Vigesa S.A. e Indústrias Verolme-Ishibras S.A. – IVI, e também como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Docas Investimentos S.A.

O Sr. Ronaldo da Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## **HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA**

Graduado em Engenharia Elétrica, pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, em 1963. Foi engenheiro da General Electric e depois da Companhia de Eletricidade da Bahia, a Coelba, onde foi Chefe da Divisão de Operação e Manutenção. Foi eleito deputado federal pela Bahia, cumprindo cinco mandatos consecutivos. Em 1985, passou a ser Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, função que exerceu por onze anos não consecutivos. Em 2003, foi indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma Diretoria da Agência Nacional do Petróleo. Assumiu a Diretoria da ANP em 2003 e a Diretoria-Geral em 2005, sendo reconduzido ao cargo em 2007. Foi Diretor da ANP por oito anos. Publicou livros e estudos diversos, relacionados às atividades que exerceu, entre os quais a obra “Petróleo no Brasil”.

O Sr. Haroldo Lima declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## **PEDRO GROSSI JUNIOR**

Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara. O Sr. Grossi ocupou diversos cargos públicos: Agente da Agência de 1ª Categoria de Exportação do Rio de Janeiro do Instituto Brasileiro do Café, em 1972; Diretor do Departamento de Estoques e Padronização do Instituto Brasileiro do Café, em 1973; Assessor Parlamentar do Ministro da Agricultura Sr. Antônio Delfim Neto, em 1979; Assessor Parlamentar do Ministro de Planejamento, Sr. Antônio Delfim Neto, em 1979; Assessor Parlamentar do Ministro da Fazenda, Sr. Francisco Dornelles, em 1985; Diretor Administrativo da Empresa TELERJ, em 1986; Vice Presidente da Empresa TELERJ, em 1988; Presidente da EMBRATUR, em 1988; Representante do Governo do Estado da Bahia no Rio de Janeiro, de 1990 a 2006; Secretário do Governo do Município de Nova Iguaçu, de 2007 a 2008; e Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Nova Iguaçu, em 2009. O Sr. Grossi foi Membro do Conselho e Diretor do jornal O DIA, de 1996 a 1999; e Membro do Conselho e Diretor do JORNAL DO COMMERCIO, de 1999 a 2001; Membro do Conselho de FURNAS – Centrais Elétricas S/A, de 1995 a 2002; Membro do Conselho do BANCO LIBERAL, de 1998 a 2006; Membro do Conselho da BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO, de 1992 a 1994; Membro do Conselho da LIGHT, de 1992 a 1994; Membro da FUNDAÇÃO ARI FRAUZINO, de 2000 a 2004. É Membro do Conselho do JORNAL DO BRASIL; Membro do Conselho do BANCO DA PROVIDENCIA - Arquidiocese do Rio de Janeiro; Membro da Comissão Consultiva de Programação da FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL - RIO DE JANEIRO; Membro do Conselho da PASTORAL DO MENOR DA ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO e Membro do Conselho de Administração da TAESA (TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A). Recebeu diversos prêmios e condecorações.

O Sr. Pedro Grossi Junior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Todos os candidatos a membros do Conselho de Administração acima descritos declararam, individualmente e para todos os fins de direito, que inexistem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre eles e (i) os administradores da Companhia; (ii) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (iv) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Todos os candidatos a membros do Conselho de Administração acima descritos declararam, individualmente e para

todos os fins de direito, que não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os membros do nosso Conselho de Administração e :

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto da Companhia;
- c. fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas



## **Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores**

*(Artigo 12 da ICVM 481 e Item 13 do Formulário de Referência – ICVM 480)*

---

### **Montante Global da Remuneração Anual dos Administradores**

(art. 152 da Lei nº 6.404/76)

A administração propõe para exame e deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração proposto para o exercício social de 2018, o valor total de até R\$ 20.000.000,00, em atendimento ao disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 e conforme item 13 descrito abaixo.

\*\*\*





### 13. Remuneração dos administradores

#### 13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

##### a) objetivos da política ou prática de remuneração:

Tendo em vista o cenário atual da indústria e dando continuidade aos processos de redução e contenção de despesas da empresa, a remuneração dos administradores prevista para o ano de 2018 seguirá as seguintes bases:

- Conselho de Administração:  
Os membros do Conselho de Administração recebem um valor fixo mensal.
- Conselho Fiscal:  
Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem um valor fixo mensal, dentro dos limites previstos na Lei das Sociedades Anônimas.
- Diretores Estatutários:  
Os Diretores Estatutários possuem uma remuneração fixa reduzida e haverá programa de remuneração variável vinculado à consecução de determinadas metas aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Comitê de Auditoria (estatutário):  
Os membros do Comitê de Auditoria que também são membros do Conselho de Administração e não recebem remuneração adicional por participarem deste Comitê. Os demais recebem valor fixo mensal, conforme aprovado pelo conselho de administração.

**b) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; (iv) razões que justificam a composição da remuneração.**

##### b (i) Descrição dos elementos e objetivos da remuneração:

Conselho de Administração:

- Remuneração fixa - Pró-Labore: honorário fixo mensal.
- Benefícios diretos: não é praticado.
- Remuneração variável: não está prevista para 2018.
- Remuneração baseada em ações: não está prevista para 2018.

Diretoria Estatutária:

- Remuneração fixa - Pró-Labore: honorário fixo mensal.
- Benefícios diretos: auxílio alimentação e refeição (ticket), plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida.



- Remuneração variável: um modelo de remuneração variável será aplicável em 2018, incorporando gatilhos financeiros para estimular os Diretores a alcançarem os resultados, preservando os interesses dos acionistas.
- Remuneração baseada em ações: instalada em 2018, para garantir o alinhamento com os interesses dos acionistas e a retenção dos administradores.

Conselho Fiscal (quando instalado):

- Remuneração fixa - Pró-Labore: honorário fixo mensal.
- Benefícios diretos: não é praticado.
- Remuneração variável: não é praticada.
- Remuneração baseada em ações: não é praticada.

2018				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	2	0	7
Remuneração Fixa				
% Total	100,00%	6,62%	0,00%	11,71%
Remuneração Variável				
% Total	0,00%	40%	0	38%
Baseado em Ações				
% Total	0,00%	53%	0,00%	50%

2017				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	2,75	1	8,75
Remuneração Fixa				
% Total	100,00%	29,00%	100,00%	41,85%
Remuneração Variável				
% Total	0,00%	71,00%	0,00%	58,15%
Baseado em Ações				
% Total	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2016				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,42	2,08	3	10,50



<b>Remuneração Fixa</b>				
% Total	100,00%	48,40%	100,00%	67,05%
<b>Remuneração Variável</b>				
% Total	0,00%	51,60%	0,00%	32,95%
<b>Baseado em Ações</b>				
% Total	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

#### 2015

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	6	4	3	13
<b>Remuneração Fixa</b>				
% Total	100,00%	98,19%	100,00%	98,77%
<b>Remuneração Variável</b>				
% Total	0,00%	1,81%	0,00%	1,23%
<b>Baseado em Ações</b>				
% Total	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

#### **b (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:**

O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, é definido pela Assembleia Geral da Companhia.

##### Conselho de Administração

A remuneração fixa dos membros titulares do Conselho de Administração é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários). A definição do valor global a ser pago ao Conselho de Administração é realizada em sede de assembleia geral de acionistas. Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração.

##### Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos diretores estatutários é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal, em uma parcela reduzida, e uma parcela de remuneração variável mais relevante. A partir de 2018, a empresa outorgará opções sobre ações como mecanismo de alinhamento com os acionistas e retenção.

Os benefícios diretos e indiretos oferecidos aos administradores são auxílio alimentação e refeição (ticket), plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são calculados de acordo com a prática de mercado.



#### Conselho Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal, caso este seja instalado, será representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários), tendo como referência o valor de 10% da remuneração que, em média, é atribuída aos diretores estatutários, conforme artigo 162 da Lei no 6.404, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal também têm legalmente garantido o direito a reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, sendo certo que eventuais membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. Não há remuneração variável para os membros do Conselho Fiscal.

#### Comitês

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Comitê de Auditoria que não são membros do Conselho de Administração, têm sua remuneração representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários).

#### **b (iv) razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição das práticas de remuneração adotadas pela Companhia justificam-se pela sua situação financeira e o encorajamento para alcançar resultados de curto e de longo prazo com geração de valor para os acionistas.

#### **b (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para a existência desse fato:**

Todos os membros da Administração da Companhia são remunerados.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Para a Diretoria, a Companhia utiliza um modelo de parcela fixa abaixo dos valores praticados pelo mercado e ajustada à sua realidade financeira, complementada com uma remuneração variável atrelada à obtenção de resultados.

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e utilizados para medição de resultados dos Diretores são EBITDA, fluxo de caixa, receita operacional, cumprimento orçamentário, eficiência operacional e segurança, além de outros indicadores específicos das diversas diretorias.



O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não possuem modelo de remuneração vinculado a indicadores de desempenho.

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

O elemento variável da remuneração da Diretoria é apurado anualmente e leva em consideração metas estabelecidas para a Companhia e para cada Administrador. A determinação de metas é resultado de um processo de desdobramento, de modo que o atingimento das metas contribua com os resultados da Companhia.

O pagamento da remuneração variável está condicionado pelo atingimento mínimo de indicadores de desempenho da Companhia (gatilho).

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não possuem modelo de remuneração vinculado a indicadores de desempenho.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:**

A prática de remuneração adotada pela Companhia está vinculada à sua necessidade premente de sustentabilidade financeira combinada com o encorajamento para o atingimento de resultados.

O modelo de remuneração variável está baseado na consecução de metas e, portanto os resultados da Companhia e dos seus Administradores influenciarão os valores a serem pagos como bônus anual.

O alinhamento no médio e longo prazo deve ser resultado da consistência no atendimento de metas anuais e valorização das ações da companhia.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve remuneração suportada por subsidiárias, conforme demonstrado na tabela constante do item 13.15.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:**

Os Administradores da Companhia não possuem nenhum benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

**h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**



- i). os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;
- ii). critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;
- iii). com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

**13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	5	2	0	7,00
Nº de Membros remunerados	5	2	0	7,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	900.000	910.000	0	1.810.000
Benefícios direto e indireto		148.004	0	148.004
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	180.000	182.000	0	362.000
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		7.500.000	0	7.500.000
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do Cargo</b>		0	0	0
<b>Baseada em Ações</b>	0	10.000.000	0	10.000.000
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.080.000</b>	<b>18.740.004</b>	<b>-</b>	<b>19.820.004</b>

(1) A média prevista para o número de membros do Conselho de Administração em 2018 é de 5 (5 membros de janeiro a dezembro 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.



(2) A média prevista para o número de membros da Diretoria em 2018 é de 2 (2 membros de janeiro a dezembro 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(3) Não há previsão de membros do Conselho Fiscal em 2018. Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício circular CVM 007/2011.

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	5	2	1	8,00
Nº de Membros remunerados	5	2	1	8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	900.000	910.000	120.000	1.930.000
Benefícios direto e indireto	0	148.000	0	148.000
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	180.000	182.000	24.000	386.000
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	4.924.685	0	4.924.685
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do Cargo</b>	0	0	0	0
<b>Baseada em Ações</b>	0	0	0	0
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.080.000</b>	<b>6.164.685</b>	<b>144.000</b>	<b>7.388.685</b>

(1) A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2017 é de 5 (5 membros de janeiro a dezembro 2017). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.





(2) A média para o número de membros da Diretoria em 2017 é de 2 (2 membros de janeiro a dezembro 2017). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(3) A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2017 é de 1 (3 membros de janeiro a abril 2017). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício circular CVM 007/2011.

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	5,42	2,08	3	10,50
Nº de Membros remunerados	5,42	2,08	3	10,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	975.000	995.455	360.000	2.330.455
Benefícios direto e indireto	0	174.868	0	174.868
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	195.000	199.091	72.000	466.091
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do Cargo Baseada em Ações</b>	0	1.460.000	0	1.460.000
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.170.000</b>	<b>2.829.414</b>	<b>432.000</b>	<b>4.431.414</b>

(1) A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2016 é de 5,42 (seis membros de janeiro a maio e cinco de junho a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.



(2) A média para o número de membros da Diretoria Estatutária em 2016 é de 2,08 (três membros em janeiro e dois membros de fevereiro a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de Diretores Estatutários da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de Diretores Estatutários do mês em questão.

(3) A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2016, caso instalado, é de três (três membros de janeiro a dezembro 2016). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de membros do Conselho Fiscal do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício Circular CVM 007/2011.

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	6	3,83	3	12,83
Nº de Membros remunerados	6	3,83	3	12,83
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	720.000	1.996.270	328.500	3.044.770
Benefícios direto e indireto	0	173.415	0	173.415
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	144.000	399.254	65.700	608.954
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	40.000	0	40.000
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	8.000	0	8.000
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do Cargo</b>	0	2.880.000	0	2.880.000
<b>Baseada em Ações</b>	0	0	0	0
<b>Total da remuneração</b>	<b>864.000</b>	<b>5.496.939</b>	<b>394.200</b>	<b>6.755.139</b>

(1) A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2015 é de 6 (6 membros de maio a dezembro de 2015). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.

(2) A média para o número de membros da Diretoria Estatutária em 2015 é de quatro (cinco membros em janeiro, quatro membros de fevereiro a setembro e três membros de outubro a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores estatutários da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que



renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores estatutários do mês em questão.

(3) A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2015 é de três (três membros de janeiro a dezembro de 2015). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de membros do Conselho Fiscal do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício Circular CVM 007/2011.

### 13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2018):

#### 2018

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de Membros</b>	5	2	0	7
<b>Nº de Membros remunerados</b>	5	2	0	7
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	10.000.000	Não aplicável	10.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	7.500.000	Não aplicável	7.500.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
<b>Participação no Resultado</b>				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	



Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2017):

**2017**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	5	2	1	8
<b>Nº de Membros remunerados</b>	5	2	1	8
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	1.350.000	Não aplicável	1.350.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	1.000.000	Não aplicável	1.000.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	4.924.685	Não aplicável	
<b>Participação no Resultado</b>				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

Remuneração variável prevista para o exercício social de 2016:

**2016**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	6	3	3	12
<b>Nº de Membros remunerados</b>	6	3	3	12
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	1.000.000	Não aplicável	1.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	700.000	Não aplicável	700.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
<b>Participação no Resultado</b>				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

Remuneração variável prevista para o exercício social de 2015:



## 2015

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de Membros</b>	6	4	3	13
<b>Nº de Membros remunerados</b>	6	4	3	13
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	3.000.000	Não aplicável	3.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	1.500.000	Não aplicável	1.500.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	40.000	Não aplicável	
<b>Participação no Resultado</b>				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

### **13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **a) termos e condições gerais:**

##### **Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A.**

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2017. Poderão participar do Plano de Opção todos os Diretores e colaboradores da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. Os Participantes deverão ser aprovados como elegíveis à outorga de Opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

##### **Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2**

Conforme os termos da deliberação do Conselho de Administração da Companhia de 9 de maio de 2012, em setembro de 2012 foram outorgadas opções representativas de até 6.786.050 ações de emissão da Companhia com o objetivo principal de reter administradores e colaboradores-chaves, de acordo ao Plano de Incentivo para Atrair e Reter Colaboradores Estratégicos, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2011.

As opções outorgadas nos termos deste plano deveriam observar um prazo de carência total de 3 anos. O beneficiário adquiriu gradualmente o direito de exercício de Opções, na medida em que



permanecia vinculado à Companhia ou a outra sociedade sob o seu controle, ininterruptamente, a partir da data de início do prazo de carência, de acordo às seguintes premissas: (i) 25% (vinte e cinco por cento) das opções a partir de 9 meses contados da data de início do prazo de carência, nos termos do respectivo contrato de opção; e (ii) 8,33% (oito e trinta e três por cento) das opções poderiam ser exercidas proporcionalmente em 9 tranches a cada trimestre respeitando os prazos do direito de exercício a partir da data de início do prazo de carência.

#### **Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4**

Conforme os termos da deliberação do Conselho de Administração da Companhia de 11 de novembro de 2013 e os contratos de gestão assinados com os então Diretores, Sr. Milton Franke e Sr. Nilo Azambuja, foram outorgadas 1.750.000 ações de emissão da Companhia com o objetivo principal de reter administradores e colaboradores-chaves, de acordo ao Plano de Incentivo para Atrair e Reter Colaboradores Estratégicos, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2011.

As opções outorgadas aos beneficiários se tornaram exercíveis obedecendo-se os seguintes períodos de carência: (i) 2/3 (dois terços) das opções poderiam ser exercidas após 6 (seis) meses da data de eleição do beneficiário e (ii) o remanescente de 1/3 (um terço) das Opções poderia ser exercido trimestralmente em 10 tranches iguais a partir da data em que os 2/3 se tornassem exercíveis.

#### **b) principais objetivos do plano:**

Para os planos acima mencionados, os objetivos eram: (i) estimular o aprimoramento da administração e a expansão da Companhia em longo prazo, alinhando os interesses dos beneficiários com os da Companhia e de seus acionistas; e (ii) atrair, motivar e reter na Companhia e em suas controladas profissionais altamente qualificados, incentivando-os a atingir as metas da Companhia e a ter um compromisso de longo prazo com o desempenho e o desenvolvimento da mesma.

#### **c) forma como o plano contribui para esses objetivos:**

Na medida em que os planos de remuneração em questão previam a possibilidade dos colaboradores se tornarem acionistas da Companhia, entendeu-se que funcionariam como um poderoso estímulo na busca dos objetivos estratégicos da Companhia.

#### **d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor:**

Conforme mencionado anteriormente, a implementação dos planos conferiam alinhamento de interesses entre acionistas e administração, com vista aos objetivos de crescimento no curto, médio e longo prazos da Companhia.



**e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:**

Os planos permitiam à Companhia alinhar os interesses dos administradores, que seriam beneficiados de acordo com o desempenho das ações da Companhia e com o atingimento das metas definidas no Plano de Trabalho Anual, na época em vigor. Havia, ainda, o estímulo à constante melhoria na gestão e a permanência dos administradores e colaboradores-chave no longo prazo.

**f) número máximo de ações abrangidas:**

Com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A. poderão ser outorgadas, por meio de cada Programa, Opções que poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 9,00% (nove por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia

No âmbito do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 foram outorgadas opções representativas de até 6.630.450 ações de emissão da Companhia. Até 31/12/2017 foram exercidas opções correspondentes a 1.478.524 ações.

No âmbito do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4 foram outorgadas opções representativas de até 1.750.000 ações de emissão da Companhia. Nenhuma opção foi exercida nem até 31/12/2017.

**g) número máximo de opções a serem outorgadas:**

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A. poderão ser outorgadas, um número de Ações que não exceda 9,00% (nove por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

No âmbito do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2, foram outorgadas 6.630.450 ações.

No âmbito do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4, foram outorgadas 1.750.000 ações.

**h) condições de aquisição de ações:**

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., as opções poderão ser exercidas conforme os diferentes Programas aprovados pelo Conselho de Administração.

Em relação ao Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2, as opções poderiam ser exercidas desde que atendidas às exigências e condições previstas no Plano e respectivos contratos de opção, e



desde que respeitado o prazo máximo de 24 meses após o vencimento de cada prazo de carência. Para informações acerca dos prazos de exercício das opções de compra, veja item 13.4 (j) deste Formulário.

Em relação ao Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4, as opções poderiam ser exercidas a qualquer tempo pelo Beneficiário até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data em que as opções se tornarem exercíveis. O Beneficiário não poderia negociar as ações que recebesse em razão do exercício das opções antes de decorridos 12 (doze) meses da data de sua posse como Diretor. Para informações acerca do exercício das opções de compra, veja item 13.4 (j) deste Formulário.

**i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:**

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., o preço de emissão ou preço de compra (caso a Companhia opte por utilizar Ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções) das Ações a serem adquiridas pelos Participantes do Plano de Opção em decorrência do exercício das Opções ("Preço de Exercício") será determinado pelo Conselho de Administração ao tempo do lançamento do Programa aplicável, utilizando por base (i) a média aritmética simples das cotações de fechamento das ações ordinárias nominativas da Petro Rio S.A. (PRIO3) na B3 correspondente aos pregões do último trimestre do exercício social anterior ao da outorga, com um desconto de 20% (vinte por cento), na hipótese do beneficiário das Opções ser um Participante Opção I; e (ii) a média aritmética simples das cotações de fechamento das ações ordinárias nominativas da Petro Rio S.A. (PRIO3) na B3 correspondente aos pregões do último trimestre do exercício social anterior ao da outorga, com um desconto máximo de 10% (dez por cento), na hipótese do beneficiário das Opções ser um Participante Opção II.

O preço de exercício das opções do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 foi de R\$ 2,22 por cada ação ordinária de emissão da Companhia. O preço de exercício foi fixado com base na média da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A., ponderada pelo volume de negociação nos 63 (sessenta e três) últimos pregões que antecederam o dia 27 de agosto de 2012, com desconto de 60% (sessenta por cento), conforme metodologia recomendada pelo Comitê de Remuneração em reunião realizada em 24 de abril de 2012 e referendada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 9 de maio de 2012.

Os valores acima mencionados foram arbitrados tendo em vista o objetivo principal de atrair e reter determinados administradores e técnicos considerados, na época, estratégicos e essenciais para o desenvolvimento das atividades da Companhia, especialmente do negócio de exploração e produção de óleo e gás, particularmente considerando, naquele período, a escassez de profissionais nessa indústria e a alta competição entre as empresas por bons profissionais com tal capacitação.





**j) critérios para fixação do prazo de exercício:**

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., as opções terão carência conforme os diferentes Programas aprovados pelo Conselho de Administração.

As opções outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 deveriam observar os seguintes prazos de carência: (i) 25% (vinte e cinco por cento) das opções a partir de 9 meses contados da data de início do prazo de carência, nos termos do respectivo contrato de opção; e (ii) 8,33% (oito e trinta e três por cento) das opções poderiam ser exercidas proporcionalmente em 9 tranches a cada trimestre respeitando os prazos do direito de exercício a partir da data de início do prazo de carência.

As opções outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4 deveriam observar os seguintes prazos de carência: (i) 66,66% (sessenta e seis e sessenta e seis por cento) das opções a partir de 6 meses contados da data de início do prazo de carência, nos termos do respectivo contrato de opção; e (ii) 3,33% (três e trinta e três por cento) das opções poderiam ser exercidas proporcionalmente em 10 tranches a cada trimestre respeitando os prazos do direito de exercício a partir da data de início do prazo de carência. Adicionalmente o termo definiu que o Beneficiário não poderia negociar as ações que recebesse em razão do exercício das opções antes de decorridos 12 (doze) meses da data de sua posse como Diretor.

**k) forma de liquidação:**

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., as opções serão liquidadas por meio de emissão de ações ou entregue de ações em tesouraria conforme os diferentes Programas aprovados pelo Conselho de Administração.

No âmbito do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 e nº 4, as opções seriam liquidadas mediante aumento de capital, ou transferência de ações em tesouraria aos beneficiários das opções.

**l) restrições à transferência das ações:**

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., os membros do Conselho de Administração estabelecerão, em cada Programa e/ou Contrato de Opção, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia a cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes, de maneira geral.

No que concerne aos Planos de Outorga de Opções de Ações nº 2 e 4 com exceção de herdeiros, representantes e sucessores legais, o direito de exercício, quer se tivesse atingido o Prazo de Carência ou não, seria pessoal e intransferível, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo dispor, de tal direito.



**m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:**

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas Ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos de Opção dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

Em relação aos Planos de Outorga de Opções de Ações nº 2 e nº 4, os direitos de exercer opções extinguir-se-iam, automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo máximo para exercício a medida em que os respectivos períodos de carência tivessem sido atingidos e até 24 (vinte e quatro) meses para o Plano de Outorga de Opções de Ações no 2 e no 4 ; (iii) mediante o distrato mútuo do termo de outorga de opção de compra de ações firmado entre as partes; (iv) se a Companhia fosse dissolvida, liquidada ou tivesse a sua falência decretada.

Com relação ao Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2, na hipótese da Companhia se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, alienação ou aquisição de controle direto ou indireto, originário ou derivado, o Conselho de Administração teria poderes para alterar as condições dos Contratos de Concessão nos termos definidos pela Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações, exclusivamente para a manutenção dos direitos dos Beneficiários, podendo prever o seguinte: (a) a substituição dos direitos de aquisição e/ou subscrição de ações por ações de outra classe ou espécie, ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; ou (b) a antecipação da aquisição do direito de aquisição e/ou subscrição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos dos Planos.

Em casos de alteração do número, tipo e classe das ações da Companhia devido a desdobramento de ações, bonificações, grupamentos, fusão de ações e emissão de ações bonificadas, bem como de conversão das ações ordinárias subjacentes às opções em outros títulos emitidos pela Companhia, deveriam ser feitos os ajustes necessários nos contratos de opção e nos Planos de Outorga de Opções de Ações nº 2 para evitar discrepâncias e perdas para a Companhia ou os beneficiários.



**n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:**

**Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A**

Observado o disposto nos itens acima e o que vier a ser aprovado pelo Conselho de Administração, na hipótese de término do vínculo dos Participantes com a Companhia por solicitação dos Participantes, despedida com ou sem justa causa, destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido outorgadas, mas ainda não sejam exercíveis. Caso o Participante Opção I tenha optado por utilizar parte do Bônus para pagamento do Preço de Exercício, a Companhia restituirá o valor líquido do Bônus ao respectivo Participante Opção I na forma prevista no respectivo Contrato de Opção. O Participante Opção II não fará jus a qualquer valor

**Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2**

O Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 estabeleceu que na hipótese de término do relacionamento do Beneficiário com a Concedente (i) por desligamento voluntário do Beneficiário, (ii) por dispensa pela Concedente, sem ou com justa causa, ou (iii) por destituição antes do término do prazo estipulado em seu mandato, conforme o caso, as Opções com Prazo de Carência já expirado poderiam ser exercidas, observado o Prazo Máximo para Exercício; as Opções com Prazo de Carência em curso ou futuro não poderiam ser exercidas e os respectivos direitos de subscrição seriam extintos automaticamente.

Em caso de morte, aposentadoria por idade, tempo de serviço ou invalidez, o Beneficiário ou seus herdeiros ou sucessores legais (conforme o caso) poderiam exercer as Opções, tanto as com Prazo de Carência já expirado quanto as que ainda estavam com Prazos de Carência em curso ou futuro, observado o Prazo Máximo para Exercício.

O afastamento temporário do Beneficiário por motivo de doença ou acidente não interromperia nem suspenderia a contagem dos prazos de carência do direito de exercício.

**Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4**

Na hipótese de término do vínculo do Beneficiário com a Companhia por solicitação do Beneficiário, demissão, destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, as Opções com período de carência para aquisição ou subscrição já expirado poderiam ser adquiridas ou subscritas, observado o respectivo prazo máximo de subscrição.

As opções com prazo de carência para aquisição ou subscrição em curso ou futuro não poderiam ser adquiridas ou subscritas e seriam canceladas automaticamente, exceto em caso de morte,



aposentadoria por idade, tempo de serviço ou invalidez, caso em que o Beneficiário ou seus herdeiros ou sucessores legais (conforme o caso) poderiam exercer as Opções, observado o prazo máximo de exercício das Opções.

O afastamento temporário do Beneficiário por motivo de doença ou acidente não interromperia nem suspenderia a contagem dos prazos de carência do direito de exercício.

### **13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

A Companhia não realizou distribuição baseada em ações em 2015, 2016 e 2017.



Conselho de Administração	
	Plano de Outorga de Opções de Ações nº2 2012
Número de membros	1
Data(s) da(s) outorga(s)	31.08.2012
Quantidade de opções outorgadas	Opções correspondentes a 5.000 ações <sup>(1)</sup>
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	As opções outorgadas podem ser exercidas a partir da data de celebração do termo de outorga de opção de compra de ações.
Prazo máximo para exercício das opções	O tranche pode ser exercido em no máximo 24 meses a partir da data de outorga.
Prazo de restrição à transferência de ações	Não há restrições decorrentes do Plano, nem assumidos contratualmente.
	<b>Preço médio ponderado de</b>
Em aberto no início do exercício social	0,20 <sup>(1)</sup>
Perdidas durante o exercício social	-
Exercidas durante o exercício social	0,20 <sup>(1)</sup>
Expiradas durante o exercício social	-
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 288.023,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,02%
Quantidade de opções outorgadas	5.000
Valor justo das opções na data de outorga	288.023,00
Capital Social em 31/12/2015 (# de ações)	65.940.227
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,01%



	Diretoria		
	Plano de Outorga de Opções de Ações nº2	Plano de Outorga de Opções de Ações nº4	Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A.
	2012	2013	2018
Número de membros	5	2	2
Data(s) da(s) outorga(s)	01/01/2012	10/05/2013	25/01/2018
Quantidade de opções outorgadas	Opções correspondentes a 283.100 ações <sup>(1)</sup>	Opções correspondentes a 175.000 ações <sup>(1)</sup>	Opções correspondentes a 221.442 ações
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% das opções a partir de 9 meses contados da data de início do prazo de carência, nos termos do respectivo contrato de opção e 8,33% das opções poderão ser exercidas proporcionalmente em 9 tranches a cada trimestre respeitando os prazos do direito de exercício a partir da data de início do prazo de carência.	2/3 das opções podem ser exercidas após 6 meses da data de outorga e 1/3 das opções poderão ser exercidas proporcionalmente em 10 tranches a cada trimestre respeitando os prazos do direito de exercício a partir da data em que os 2/3 se tornarem exercíveis.	45% 1ª lote das opções podem ser exercidas após 1 mês de outorga. 2ª lote das opções podem ser exercidas após 11 meses de outorga. 3ª lote das opções podem ser exercidas após 23 meses de outorga. 4ª lote das opções podem ser exercidas após 35 meses de outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 24 meses após o vencimento de cada prazo de carência.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 24 meses após o vencimento de cada prazo de carência.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência de ações	Não há restrição decorrente do Plano, mas os beneficiários não poderão negociar as ações subscritas, nos termos do presente Termo de Outorga de Opção de Compra de Ações, antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da subscrição.	Não há restrição decorrente do Plano, mas os beneficiários não poderão negociar as ações subscritas, nos termos do presente Termo de Outorga de Opção de Compra de Ações, antes de decorrido o prazo de 12 (doze) meses corridos, contados da data da outorga.	o Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos legislação e regulamentação em vigor.
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes</b>			
Em aberto no início do exercício social	R\$ 22,20 <sup>(1)</sup>	R\$ 7,90 <sup>(1)</sup>	R\$ 54,70 <sup>(1)</sup>
Perdidas durante o exercício social	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	R\$ 22,20 <sup>(1)</sup>	R\$ 7,90 <sup>(1)</sup>	R\$ 54,70 <sup>(1)</sup>
Expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 11.901.955,83	R\$ 752.215,96	R\$ 8.948.055,16
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,95%	0,59%	1,68%
Quantidade de opções outorgadas	283.100	175.000	221.442
Valor justo das opções na data de outorga	11.901.955,83	752.215,96	752.215,96
Capital Social em 31/12/2015 (# de ações)	65.940.227	65.940.227	13.191.932 Capital Social em 31/12/17
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,43%	0,27%	1,68%

- (1) Ajustado para considerar o desdobramento das ações de emissão da Companhia, aprovado em 4 de outubro de 2010 e o desdobramento das ações efetivado em 28 de maio de 2012.
- (2) Plano de Outorga de Opções de Ações no. 2: Os valores da remuneração baseada em ações foram calculados a partir da diferença entre o valor justo das ações de emissão da Companhia e o preço de exercício das opções de compra de ações. Para o plano outorgado em 2012, o valor justo equivale a R\$6,42 por ação, correspondentes ao preço justo na data da outorga baseado no modelo matemático de Black-Scholes Merton, o qual tem por base as seguintes premissas: (i) durante a maior parte do período de maturação das opções a Companhia teria suas ações negociadas em bolsa; (ii) a volatilidade média de 127,49% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 8,74%; e (iv) a duração do plano de 3 anos.
- (3) Plano de Outorga de Opções de Ações no. 4: Para o plano outorgado em 2013, o valor justo equivale a R\$ 0,48 por ação, correspondentes ao preço justo na data da outorga baseado no modelo matemático de Black-Scholes Merton, o qual tem por base as seguintes premissas: (i) durante a maior parte do período de maturação das opções a Companhia teria suas ações negociadas em bolsa; (ii) a volatilidade média de 0,7782% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 9,50%; e (iv) a duração do plano de 3 anos.

**13.6 – Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções ainda não exercíveis: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; e (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (e) em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; e (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

Não havia opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

**13.7 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções exercidas, informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (e) em relação às opções entregues, informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**



	<b>Conselho de Administração</b>
	<b>Plano de Outorga de Opções de Ações nº2</b>
	<b>31/12/2012</b>
<b>Número de membros</b>	1
<b>Em relação às opções exercidas</b>	
i. quantidade <sup>(2)</sup>	5.000
ii. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,20 <sup>(2)</sup>
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas <sup>(1)</sup>	R\$ 288.023,00
<b>Em relação às opções entregues</b>	
i. quantidade	
ii. preço médio ponderado de aquisição	R\$ 0,20 <sup>(2)</sup>
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas as opções adquiridas <sup>(1)</sup>	R\$ 288.023,00

	Diretoria Estatutária					
	Plano de Outorga de Opções de Ações nº2			Plano de Outorga de Opções de Ações nº4		Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A.
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	25/01/2018
<b>Número de membros</b>	5	5	1	2	1	2
<b>Em relação às opções exercidas</b>						
i. quantidade <sup>(2)</sup>	38.213	62.246	0	0	0	221.442
ii. preço médio ponderado de exercício	R\$ 22,20 <sup>(2)</sup>	R\$ 22,20 <sup>(2)</sup>	R\$ 22,20 <sup>(2)</sup>	R\$ 7,90 <sup>(2)</sup>	R\$ 7,90 <sup>(2)</sup>	R\$ 54,70
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas <sup>(1)</sup>	R\$ 1.711.920,00	R\$ 2.614.323,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.112.877,40
<b>Em relação às opções entregues</b>						
i. quantidade	38.213	62.246	0	0	0	221.442
ii. preço médio ponderado de aquisição	R\$ 22,20 <sup>(2)</sup>	R\$ 22,20 <sup>(2)</sup>	R\$ 22,20 <sup>(2)</sup>	R\$ 7,90 <sup>(2)</sup>	R\$ 7,90 <sup>(2)</sup>	R\$ 54,70
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas as opções adquiridas <sup>(1)</sup>	R\$ 1.711.920,00	R\$ 2.614.323,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.149.065,60

- (1) O valor de mercado considerado para cálculo da diferença corresponde ao valor justo da opção na data da outorga.
- (2) Ajustado para considerar o agrupamento das ações de emissão da Companhia, aprovado em 24 de junho de 2014 e efetivado em 04 de agosto de 2014.

No ano de 2016 não houve exercício de opções nem ações entregues para o Conselho de Administração nem para a Diretoria.





### 13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

	Plano de Outorga de Opções de Ações nº2	Plano de Outorga de Opções de Ações nº4	Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A.
a) modelo de precificação	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 127,49% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 8,74%; e (iv) a duração do plano de 3 anos.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 0,7782% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 9,50%; e (iv) a duração do plano de 3 anos.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 43,17% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 38 meses.
c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A
	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações.	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações
d) forma de determinação da volatilidade esperada			
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A

### 13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

	2017							
	Petro Rio S.A.		PetroRio O&G		Petro Rio Internacional		HRT America	
	Ações	Particip	Cotas	Particip	Ações	Particip	Ações	Particip
<b>Participação Direta</b>								
Conselho de Administração	4.050	0,03%	0	0	0	0	0	0
Diretoria	127.032	0,96%	1	0,00%	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0



**13.10 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) nome do plano; (e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (f) condições para se aposentar antecipadamente; (g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de previdência em vigor.

**13.11 – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal:**

**Valores Anuais 2017**

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
<b>Nº de Membros</b>	2	5	3
<b>Nº de Membros remunerados</b>	2	5	1
Valor da maior remuneração (Reais)	3.760.981	216.000	48.000
Valor da menor remuneração (Reais)	2.403.708	216.000	48.000
Valor médio da remuneração (Reais)	3.082.345	216.000	48.000

#### **DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

A média para o número de membros da Diretoria Estatutária em 2017 é de 2,0 (Dois membros em janeiro a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores estatutários da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores estatutários do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de



membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram considerados apenas os diretores que exerceram os cargos nos últimos 12 meses. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2017 é de 5,0 (cinco membros de janeiro a dezembro de 2017). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão. Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### **CONSELHO FISCAL**

A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2017 é de 1,0 (três membros de janeiro a abril de 2017). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de membros do Conselho Fiscal do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a



exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### Valores Anuais 2016

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Nº de Membros	2,08	5,42	3
Nº de Membros remunerados	2,08	5,42	3
Valor da maior remuneração (Reais)	1.379.720	216.000	144.000
Valor da menor remuneração (Reais)	160.000	90.000	144.000
Valor médio da remuneração (Reais)	1.360.295	215.867	144.000

#### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

A média para o número de membros da Diretoria Estatutária em 2016 é de 2,08 (Três membros em janeiro, Dois membros de fevereiro a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores estatutários da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores estatutários do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram considerados apenas os diretores que exerceram os cargos nos últimos 12 meses. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está



acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2016 é de 5,42 (seis membros de janeiro a maio e cinco de junho a dezembro de 2016). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão. Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### **CONSELHO FISCAL**

A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2016 é de três (três membros de janeiro a dezembro de 2016). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de membros do Conselho Fiscal do mês em questão. Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.



### Valores Anuais 2015

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Nº de Membros	4	6	3
Nº de Membros remunerados	4	6	3
Valor da maior remuneração (Reais)	2.008.948	144.000	131.400
Valor da menor remuneração (Reais)	922.679	144.000	131.400
Valor médio da remuneração (Reais)	1.435.232	144.000	131.400

#### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

A média para o número de membros da Diretoria Estatutária em 2015 é de quatro (cinco membros em janeiro, quatro membros de fevereiro a setembro e três membros de outubro a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores estatutários da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores estatutários do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram considerados apenas os diretores que exerceram os cargos nos últimos 12 meses. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2015 é de seis (seis membros de maio a dezembro de 2015). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão. Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo



está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### **CONSELHO FISCAL**

A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2015 é de três (três membros de janeiro a dezembro de 2015). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de membros do Conselho Fiscal do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

### **13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia, assim como das suas subsidiárias, são cobertos por apólices de seguros para Conselheiros e Diretores ("D&O"), com abrangência em todo o território nacional. O referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos Administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de fatos relacionados às suas funções na Companhia e em suas subsidiárias. A importância segurada para esta Apólice é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).



### **13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Quando do encerramento do exercício social de 2017, 2016 e 2015 a Companhia não possuía partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, tendo em vista a inexistência de acionista controlador.

### **13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não houve nenhum valor pago como comissões, serviços de consultoria ou assessoria prestada para nenhum administrador da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não houve nenhum valor pago como comissões, serviços de consultoria ou assessoria prestada para nenhum administrador da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 não houve nenhum valor pago como comissões, serviços de consultoria ou assessoria prestada para nenhum administrador da Companhia.

### **13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Foram reconhecidos no resultado de controladas do emissor, os valores descritos nas tabelas abaixo, como remuneração recebida em função do exercício de cargos de Diretoria em controladas, bem como remuneração suportada por controladas em função de cargos exercidos no emissor:

#### **Exercício Social de 2017**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Controladas do Emissor</b>	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Sociedades sob controle comum</b>	n/a	n/a	n/a	n/a





### Exercício Social de 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

### Exercício Social de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	n/a	R\$ 280.000,00	n/a	R\$ 280.000,00
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

Abaixo, indicamos a proporção de cada elemento da remuneração recebida em função do exercício de cargos de Diretoria em controladas, bem como remuneração suportada por controladas em função de cargos exercidos no emissor:

### Exercício Social de 2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
Baseado em Ações	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-



### Exercício Social de 2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
Baseado em Ações	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-

### Exercício Social de 2015

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	-	18%	-
Remuneração Variável	-	0%	-
Baseado em Ações	-	0%	-
Cessação de Cargo	-	82%	-
<b>Total</b>	-	<b>100%</b>	-

### 13.16 – Outras informações relevantes

O montante global anual da remuneração proposto para o período compreendido entre maio de 2017 até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, ou seja, o período de 01/05/2017 a 30/04/2018, é de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Acerca das informações disponíveis no item 13.2 acima, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o montante global de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de 12 meses, considerado a partir de 01 de maio de 2016 até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.